



**AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A**

Companhia Aberta  
CNPJ 33.050.071/0001-58

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024**

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Enel Distribuição Rio" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, com o relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2023, exceto quando especificado em contrário. Os dados operacionais marcados com (\*) não foram auditados pela auditoria independente (KPMG Auditores Independentes).

**1. DESTAQUES DESTAQUES DO PERÍODO**

	2024	2023	Var. %
Receita Bruta (R\$ mil)	13.096.173	11.838.414	10,6%
Receita Líquida (R\$ mil)	8.741.530	7.796.488	12,1%
EBITDA (1) (R\$ mil)	1.789.300	1.344.425	31,6%
Margem EBITDA (%)*	20,24%	17,24%	3,00 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	23,76%	20,03%	3,73 p.p
EBIT (2) (R\$ mil)	974.091	670.671	45,2%
Margem EBIT (%)*	11,14%	8,60%	2,54 p.p
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	670.153	(191.679)	<-100,0%
Margem Líquida	7,67%	(2,46%)	10,13 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	9,09%	(2,86%)	11,96 p.p
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	11.994	11.618	3,2%
CAPEX (R\$ mil)	1.263.897	1.173.000	7,7%
DEC (12 meses)*	9,14	9,00	1,6%
FEC (12 meses)*	4,60	4,15	10,8%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	95,73%	96,81%	(1,08 p.p)
Perdas de Energia (12 meses)*	24,06%	22,05%	2,01 p.p
PMSO (3)/Consumidor*	271,87	261,70	3,9%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (2) EBIT: Resultado do Serviço e (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

**2. CONTEXTO SETORIAL E REGULATÓRIO\***

A Enel Distribuição Rio é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica sujeita à regulamentação da ANEEL e do MME. A Companhia também está sujeita aos termos do seu contrato de concessão, que foi celebrado com a ANEEL em 1996, concedendo-lhe o direito de distribuir energia na sua área de concessão até dezembro de 2026. A tarifa de energia elétrica (uso de rede e fornecimento), praticada pela Companhia na distribuição de energia a clientes finais, é determinada de acordo com o seu contrato de concessão e com a regulamentação estabelecida pela ANEEL. Ambos estabelecem um teto para a tarifa e preveem ajustes anuais (reajuste tarifário) periódicos (a cada quatro anos) e extraordinários (quando há observância de um significativo desequilíbrio econômico-financeiro). Nos ajustes das tarifas de energia elétrica, a ANEEL divide os custos de distribuição entre (i) custos não gerenciáveis pela distribuidora (chamados Parcela A) e (ii) custos gerenciáveis pela distribuidora (chamados Parcela B). Na Parcela A estão incluídos, entre outros, o custo de energia comprada para revenda, os encargos setoriais, e os custos referentes aos encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Os custos da Parcela B compreendem, entre outros, o retorno sobre os investimentos relacionados à concessão, considerados na Base de Remuneração Regulatória ("BRR") da Companhia, os custos e depreciação regulatória, e os custos de operação e manutenção do sistema de distribuição. Nos reajustes tarifários anuais, os custos da Parcela A são repassados aos clientes e os custos da Parcela B são corrigidos de acordo com o índice IGP-M ajustado pelo Fator X, que constitui em uma somatória do componente de produtividade, de trajetória de custos operacionais e de qualidade. A data de aniversário dos reajustes anuais e revisões tarifárias da Enel Distribuição Rio é 15 de março. **Reajuste Tarifário Anual 2024:** No dia 12 de março de 2024 a diretoria da ANEEL prorrogou as tarifas da Companhia do dia 15 de março de 2024 até uma nova decisão, já que nem todos os diretores da ANEEL estavam presentes na deliberação. Esta decisão ocorreu na ANEEL, em reunião pública de sua diretoria realizada em 19 de março de 2024, onde deliberaram sobre o reajuste tarifário periódico de 2024 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 20 de março de 2024 (Resolução Homologatória nº 3.312/2024) um reajuste de +1,19% composto por (i) reajuste econômico de +6,54%, sendo +4,87% de Parcela A, +1,67% de Parcela B e (ii) componente financeiro de -5,35%. Considerando a retirada do componente financeiro considerado no último processo tarifário de +2,26%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +3,45%. **Bandeiras Tarifárias:** A partir de janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos: • Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo. • Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/04/24 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. • Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/04/24 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,463 (patamar 1) e R\$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em outubro de 2024 a ANEEL adotou a bandeira tarifária vermelha patamar 2 devido ao agravamento hídrico e previsão de elevadas temperaturas, já em novembro 2024 com a amenização do risco hidrológico o acionamento da bandeira foi amarelo e, posteriormente, verde em dezembro com a melhora das condições hidrológicas brasileiras. As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2023 e 2024, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2023	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
PLD gatilho - R\$/MWh	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04

2024	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
PLD gatilho - R\$/MWh	61,07	61,07	61,07	61,07	61,07	61,07	110,77	75,80	254,18	599,72	286,80	61,07

**Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)**  
Em 29 de dezembro de 2022, a Resolução Homologatória nº 3.167 da Anel definiu os valores limites do PLD de 2023. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.391,56/MWh e o valor mínimo em R\$ 69,04/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2023.  
Em 19 de dezembro de 2023, a Resolução Homologatória nº 3.304 da Anel definiu os valores limites do PLD de 2024. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.470,57/MWh e o valor mínimo em R\$ 61,07/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2024.

**3. DESEMPENHO OPERACIONAL / COMERCIAL**

**Unidades Consumidoras**

**NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)\***

	2024	2023	Var. %
<b>Mercado Cativo</b>	<b>3.106.735</b>	<b>3.219.679</b>	<b>-3,5%</b>
Residencial - Convencional	2.203.618	2.278.825	-3,3%
Residencial - Baixa Renda	673.941	709.978	-5,1%
Industrial	3.526	3.588	-1,7%
Comercial	141.046	140.468	0,4%
Rural	64.161	67.056	-4,3%
Setor Público	20.443	19.764	3,4%
<b>Cientes Livres</b>	<b>1.932</b>	<b>1.108</b>	<b>74,4%</b>
Industrial	220	146	50,7%
Comercial	1.476	802	84,0%
Rural	25	29	-13,8%
Setor Público	205	130	57,7%
Residencial	1	1	>100,0%
<b>Revenda</b>	<b>12</b>	<b>9</b>	<b>33,3%</b>
<b>Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados</b>	<b>3.108.679</b>	<b>3.220.796</b>	<b>-3,5%</b>

O número de consumidores efetivos faturados apresentou uma redução de 3,5% em relação ao registrado em dezembro de 2024 quando comparado ao mesmo período no ano anterior, devido a um efeito pontual em dezembro de 2023, elevando a base de comparação. Tal efeito impactou particularmente os clientes residenciais convencionais e baixa renda, que figuram como as classes de maior representatividade no mercado cativo. Excluindo esse fato não recorrente, a variação teria sido praticamente nula. Já os clientes livres, continuaram com a tendência de crescimento, com aumento de 74,4% no ano, refletindo a migração de clientes do mercado cativo, que se intensificou após a abertura do mercado livre para os clientes do Grupo A, a partir de janeiro de 2024. **Venda de Energia na Área de Concessão:**

	2024	2023	Var. %
<b>VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*</b>			
Mercado Cativo	7.843	7.854	-0,1%
Cientes Livres	3.703	3.269	13,3%
Revenda	415	402	3,2%
Consumo Próprio	94	92	2,2%
<b>Total - Venda e Transporte de Energia</b>	<b>11.994</b>	<b>11.618</b>	<b>3,2%</b>

	2024	2023	Var. %
<b>VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*</b>			
Residencial - Convencional	4.126	4.087	1,0%
Residencial - Baixa Renda	1.065	854	24,7%
Industrial	116	132	-12,1%
Comercial	1.236	1.411	-12,7%
Rural	141	136	3,7%
Setor Público	1.097	1.233	-11,0%
<b>Total - Venda de Energia no Mercado Cativo</b>	<b>7.843</b>	<b>7.854</b>	<b>-0,1%</b>

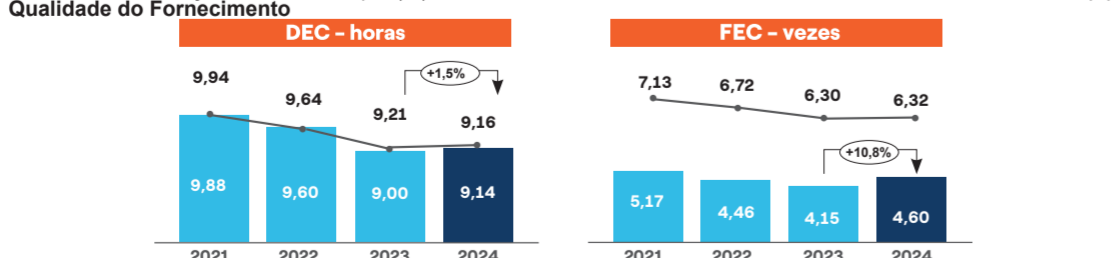
Em 2024, o total de venda de energia no mercado cativo se manteve estável em comparação ao ano anterior, impactado positivamente pelo aumento na classe residencial em decorrência das temperaturas mais elevadas, em particular até o terceiro trimestre, e por outro lado, negativamente pela redução nas classes industrial e comercial relacionado principalmente à migração de clientes para o mercado livre.

	2024	2023	Var. %
<b>TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*</b>			
Industrial	2.155	2.109	2,2%
Comercial	1.055	799	32,0%
Rural	107	100	7,0%
Setor Público	381	257	48,2%
Residencial	1	1	25,0%
<b>Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*</b>	<b>3.703</b>	<b>3.269</b>	<b>13,3%</b>

O consumo de energia para o mercado livre apresentou um aumento de 13,3% em 2024 em comparação a 2023 em razão do crescimento do número de clientes em praticamente todas as classes, sobretudo no setor comercial e setor público, impulsionada pela abertura do mercado para clientes do Grupo A, contribuindo para o aumento do consumo. No setor comercial, destaca-se o aumento do consumo em decorrência do impacto positivo do clima e do bom desempenho econômico do setor, em particular o varejo. Já no setor industrial, a alta na produção do estado impactou positivamente o consumo como um todo, exceto no 4T24, onde houve uma redução produtiva no setor de Petróleo.

	2024	2023	Var. %
<b>Compra de Energia</b>			
<b>COMPRA DE ENERGIA (GWH)*</b>			
Itaipu	1.875	1.954	-4,0%
Angra I e II	373	378	-1,3%
PROINFA	187	179	4,5%
Leilão e Quotas	9.920	8.960	10,7%
<b>Total - Compra de Energia s/ CCEE</b>	<b>12.355</b>	<b>11.471</b>	<b>7,7%</b>
Liquidação na CCEE	(279)	159	<-100,0%
<b>Total - Compra de Energia</b>	<b>12.076</b>	<b>11.630</b>	<b>3,8%</b>

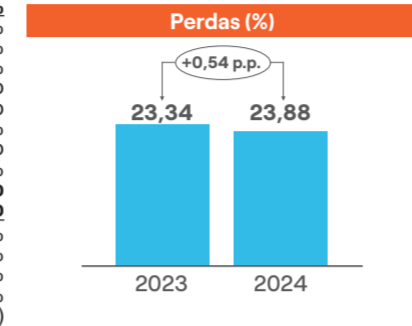
	2024	2023	Var. %
<b>Balanco de Energia</b>			
<b>BALANÇO DE ENERGIA*</b>			
Energia requerida (GWh)	16.589	15.714	5,6%
Energia fornecida (GWh)	12.627	12.046	4,8%
Mercado Cativo	8.612	8.596	0,2%
Mercado Livre	4.015	3.451	16,3%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (GWh)	3.961	3.668	8,0%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (%)	23,88%	23,34%	0,54 p.p



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. Em 2024, os indicadores DEC e FEC apresentaram aumento de 1,5% e 10,8% respectivamente em relação ao mesmo período em 2023. Apesar das iniciativas implementadas pela Companhia para melhoria da qualidade dos serviços, a maior severidade nos eventos climáticos, em particular no início de 2024 superou o efeito positivo de tais iniciativas, impactando negativamente os indicadores de qualidade. Ainda assim, destaca-se que os níveis de DEC e FEC registrados no período estão dentro dos limites regulatórios estabelecidos na revisão tarifária (DEC: 9,16 / FEC: 6,32).

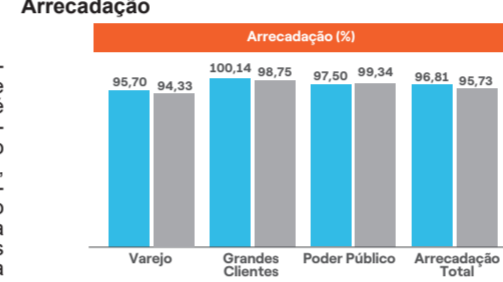
**Disciplina de Mercado**

**Perdas (%)**



As perdas de energia alcançaram 23,88% em 2024, um aumento de 0,54 p.p. em relação às perdas registradas em 2023. O aumento do nível de perdas, foi fortemente influenciado pelas grandes elevações de temperatura ocasionadas pelas ondas de calor durante o período analisado, impactando tanto as perdas técnicas quanto as não técnicas. As altas temperaturas registradas geraram um incremento na demanda, elevando a energia injetada na rede, aumentando consequentemente o nível de perda, principalmente nas áreas de risco cujo impacto foi de + 0,48 p.p. As áreas de riscos configuram as regiões de maiores perdas da Companhia, com maiores níveis de furto e desperdício de energia. O plano de combate as perdas de energia da Enel Rio mantém suas ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita, principalmente com projetos de inspeções em clientes do grupo B e A, recuperação de clientes cortados/autoligados ou sem contrato ativo (operações do ciclo comercial), além do mapeamento e conexão de consumidores clandestinos. Com essas ações de recuperação de energia obteve-se um incremento no mercado faturado de 421 GWh de energia em 2024.

**Arrecadação**



Em relação ao indicador de arrecadação, o mesmo registrou uma queda de 1,08 pontos percentuais em 2024 versus 2023, reflexo da menor arrecadação no varejo e grandes clientes, compensado parcialmente pela melhora no segmento do poder público, com aumento da arrecadação das faturas correntes de clientes com histórico de inadimplência. Destaca-se que a Companhia mantém constantemente a realização de ações para reduzir os níveis de inadimplência, tais como ações de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, parcelamento de faturas e canal de negociação online para liquidação de valores em aberto.

**4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**Receita Operacional Líquida**

	2024	2023	Var. %
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R\$ MIL)</b>			
Fornecimento de Energia	8.890.559	8.386.824	6,0%
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda (-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e	1.237.269	1.013.703	22,1%
Subvenção baixa renda	(113.287)	(77.357)	46,4%
Subvenção de recursos da CDE	282.364	198.569	42,2%
<b>Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo e Livre</b>	<b>10.773.696</b>	<b>9.794.432</b>	<b>9,5%</b>
Ativos e passivos financeiros setoriais	442.804	468.377	-5,5%
Receita de Construção	1.293.422	1.084.566	19,3%
Marcação a mercado de ativo indenizável	369.762	344.053	7,5%
Outras Receitas	266.489	146.986	81,3%
<b>Total - Receita Operacional Bruta</b>	<b>13.096.173</b>	<b>11.838.414</b>	<b>10,6%</b>
ICMS	(2.307.439)	(2.020.241)	14,2%
Total - Encargos Setoriais	(148.463)	(184.263)	19,4%
PIS	(683.039)	(619.623)	10,2%
COFINS	(4.488)	(4.726)	-5,0%
<b>Total - Tributos</b>	<b>(3.143.180)</b>	<b>(2.779.113)</b>	<b>13,1%</b>
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(1.032.300)	(1.188.168)	-13,1%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(70.999)	(63.312)	12,1%
Encargos do consumidor - CCRBT	(98.286)	(2.175)	>100,0%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(9.878)	(9.158)	7,9%
<b>Total - Encargos Setoriais</b>	<b>(1.211.463)</b>	<b>(1.262.813)</b>	<b>-4,1%</b>
<b>Total - Deduções da Receita</b>	<b>(4.354.643)</b>	<b>(4.041.926)</b>	<b>7,7%</b>
<b>Total - Receita Operacional Líquida</b>	<b>8.741.530</b>	<b>7.796.488</b>	<b>12,1%</b>

A receita operacional líquida da Enel Distribuição Rio registrou um aumento de 12,1% em 2024, ou R\$ 945,0 milhões, em relação ao mesmo período no ano anterior, totalizando R\$ 8,7 bilhões. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia em 2024, alcançou o montante de R\$ 7,4 bilhões, um aumento de R\$ 736,2 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 6,7 bilhões. Destaca-se a variação em 2024 versus 2023 dos seguintes itens que compõem a receita operacional líquida: • Aumento na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo e Livre em R\$ 929,3 milhões explicado pela vigência das bandeiras amarela e vermelha no segundo semestre de 2024, além do aumento do consumo estimulado pelas altas temperaturas registradas no ano; • Aumento de R\$ 119,5 milhões na linha de Outras Receitas explicado principalmente pelo aumento da venda de energia no mercado de curto prazo (sobrecontratação). Tais efeitos foram compensados parcialmente por: • Aumento nas deduções da receita em 2024, na ordem de 7,7% ou R\$ 312,7 milhões em comparação com 2023, sendo os principais efeitos: (i) Aumento de R\$ 364,1 milhões em Tributos devido ao aumento das rubricas relacionadas ao ICMS; (ii) Redução de 51,4 milhões em Encargos Setoriais em função da redução na rubrica referente a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (R\$ 155,9 milhões) em função do efeito da suspensão do pagamento CDE Escassez e CDE Covid, conforme despacho N° 3.056, de 9 de outubro de 2024. Tal efeito foi parcialmente compensado pelo aumento de R\$ 96,1 milhões nas deduções referente a Encargos do consumidor - CCRBT relacionado principalmente à vigência das bandeiras vermelha e amarela segundo semestre de 2024 versus a vigência da bandeira verde ao longo de todo o ano de 2023.

**Custos e Despesas Operacionais**

	2024	2023	Var. %
<b>CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)</b>			
Custos e despesas não gerenciáveis			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(3.046.304)	(2.579.215)	18,1%
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão	(1.297.456)	(1.244.875)	4,2%
<b>Total - Não gerenciáveis</b>	<b>(4.343.760)</b>	<b>(3.824.090)</b>	<b>13,6%</b>
Custos e despesas gerenciáveis			
Pessoal	(208.726)	(214.944)	(2,9%)
Material e Serviços de Terceiros	(681.378)	(709.740)	(4,0%)
Depreciação e Amortização	(795.209)	(673.754)	18,0%
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(65.231)	(149.234)	(56,3%)
Custo de Construção	(1.293.422)	(1.084.566)	19,3%
Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	(152.945)	(139.815)	9,4%
Perda de recebíveis de clientes	(241.928)	(172.000)	40,7%
Receita de multa por impuntualidade de clientes	129.998	90.918	43,0%
Outras receitas/despesas operacionais	(114.838)	(248.592)	(53,8%)
<b>Total - Gerenciáveis</b>	<b>(3.423.879)</b>	<b>(3.301.727)</b>	<b>3,7%</b>
<b>Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional</b>	<b>(7.767.439)</b>	<b>(7.125.817)</b>	<b>9,0%</b>

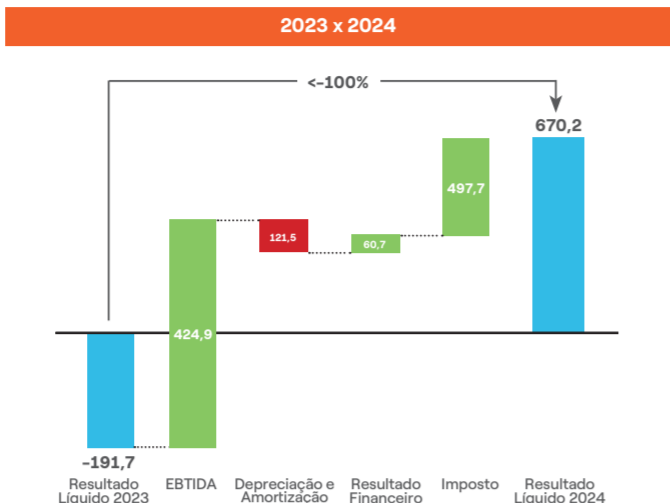
Os custos e despesas operacionais em 20

...continuação

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A

derivativo, encargos de dívidas e mútuos, variações cambiais - empréstimos e instrumentos financeiros de hedge) devido à redução no volume de dívida, em conjunto com a redução do CDI (10,83% em 2024 vs. 13,04% em 2023).

Resultado Líquido



O resultado líquido da Enel Rio registrou lucro de R\$ 670,2 milhões, o que representa uma melhora de R\$ 861,8 milhões em relação a 2023, explicada em grande parte por um impacto positivo de R\$ 615,4 milhões na linha de impostos, relacionado à exclusão da base de cálculo do IRPJ/CSLL da atualização financeira da Taxa SELIC sobre débitos tributários, conforme detalhado na nota explicativa nº 23.1 das Demonstrações Financeiras da Companhia, além da melhora do EBITDA. Mesmo desconsiderando tal efeito, o lucro líquido da Companhia teria alcançado o valor de R\$ 54,8 milhões, ou um crescimento de R\$ 246,4 milhões em função da melhora no EBITDA e no resultado financeiro, conforme explicado anteriormente.

5. ENVIDAMENTO E LIQUIDEZ

Indicadores de endividamento

	2024	2023	Var. %
Dívida bruta (R\$ mil)	4.689.816	6.247.213	-24,9%
Dívida com Terceiros	321.112	582.384	-44,9%
Dívida Intercompany	4.368.704	5.664.829	-22,9%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	4.268.604	186.264	>100,0%
Dívida líquida (R\$ mil)	2,10	3,46	-39,5%
Dívida Líquida / EBITDA(1)*	1,91	3,36	-43,2%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,36	0,54	-33,8%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,34	0,53	-36,8%

(2)\* EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações (acumuladas nos últimos 12 meses) + Provisões para crédito de liquidação duvidosa + Recuperação/perda de recebíveis de clientes + Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. A dívida bruta da Companhia reduziu R\$ 1.557 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente por: (i) amortizações em torno de R\$ 1.750 milhões, pagamento de encargos em aproximadamente R\$ 251 milhões, capitalização de mútuos no valor de R\$ 1.249 milhões; compensados por (ii) novas captações no montante de R\$ 991 milhões para capital de giro e refinanciamento de dívidas, os quais referem-se a mútuos com sua controladora Enel Brasil e outras empresas do grupo no Brasil; (iii) provisão de encargos e variações monetárias de R\$ 755 milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste positivo relacionado aos SWAPs de dívidas vigentes no valor de R\$ 51 milhões. A Enel Distribuição Rio encerrou em 2024 com o custo médio de dívida no ano de 12,65% a.a. Classificação de Riscos (Rating): Em 27 de agosto de 2024, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (caixa)', com perspectiva estável. Colchão de Liquidez: Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 80 milhões. Adicionalmente, a Companhia possui autorização da Anel para a realização de mútuos com partes relacionadas, conforme Despachos N°s 2.979/2018, 1.923/2020, 647/2021, 902/2021 e 3.754/2021, no valor vigente de R\$ 4.100 milhões. A Companhia está buscando junto ao Regulador ampliar o limite para operações de mútuos financeiros nos próximos anos. Do total de dívida no passivo circulante, parte significativa refere-se a créditos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 2.592 milhões, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados caso seja necessário. A Companhia conta também com o apoio financeiro da Holding do grupo (Enel Spa) que, por meio da Enel Finance International (EFI), disponibiliza recursos para financiar investimentos e capital de giro. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de empréstimos com a EFI no passivo circulante é de R\$ 313 milhões.

Abertura da Dívida Bruta - CP e LP

Posição Final em dez/24



Abertura da Dívida Bruta - Moedas

Posição Final em dez/24



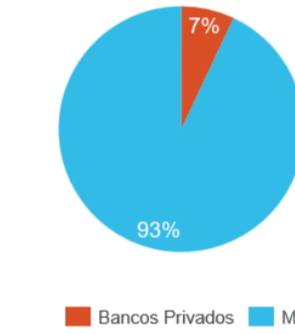
Abertura da Dívida Bruta - Indexadores

Posição Final em dez/24



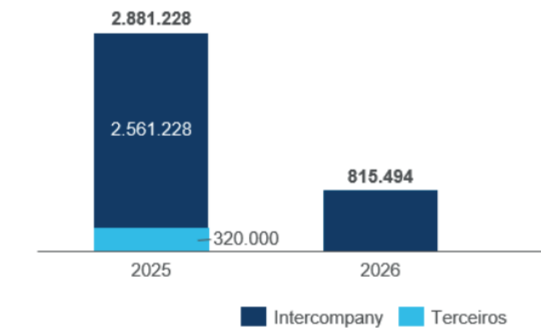
Abertura da Dívida Bruta - Credor

Posição Final em dez/24



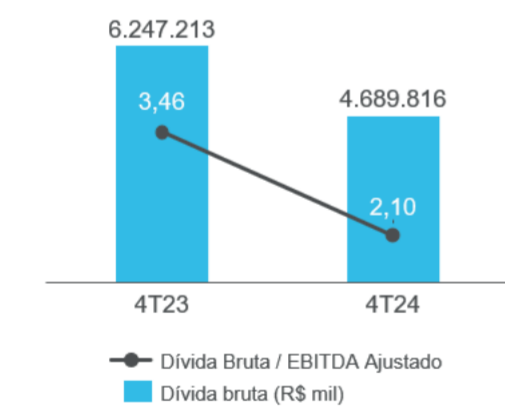
Curva de Amortização de saldo de dívida com SWAP (R\$ Mil)

Posição Final em dez/24



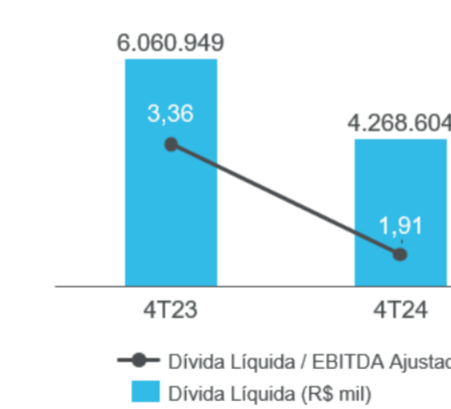
Dívida Bruta (R\$ Mil) e Dívida Bruta / EBITDA (Vezes)

Evolução 4T23 - 4T24



Dívida Líquida (R\$ Mil) e Alavancagem (Vezes)

Evolução 4T23 - 4T24



6. INVESTIMENTOS INVESTIMENTOS (R\$ MIL)\*

	2024	2023	Var. %
Manutenção	491.994	483.399	1,8%
Crescimento	261.342	167.495	56,0%
Novas Conexões	481.146	455.188	5,7%
Financiado pela Companhia	1.234.481	1.106.081	11,6%
Financiado pelo Cliente	29.416	66.919	(56,0%)
Total	1.263.897	1.173.000	7,7%

Os investimentos realizados pela Companhia em 2024 totalizaram R\$ 1,3 bilhão, representando um aumento de 7,7% em relação a 2023. Tal nível de investimentos figura como o maior montante investido em toda a série histórica, refletindo o compromisso assumido pela Companhia que concentra esforços contínuos na melhoria da rede e do serviço prestado. Nos últimos 10 anos, os investimentos totalizaram R\$ 9,9 bilhões. Importante destacar que o nível de investimentos atingido em 2024 reforça o compromisso anunciado no plano de investimentos para o período. Tal plano foi atualizado em novembro de 2024, conforme detalhamento a seguir. **Plano de Investimentos:** Em novembro de 2024, a Enel Rio apresentou a atualização do plano estruturado de ações divulgado originalmente em setembro do mesmo ano, que visa reforçar a resiliência da sua rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos, além de garantir a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos clientes da área de atuação da Companhia. As medidas, que começaram a ser implementadas de ao longo de 2024, têm o objetivo de satisfazer as necessidades de fornecimento de energia dos consumidores. O plano tem o respaldo dos acionistas controladores da Companhia e prevê investimentos de R\$ 6,1 bilhões no período de 2025 a 2027 em toda a área de concessão, representando um crescimento de 74% versus o plano anterior, que totalizava R\$ 3,5 bilhões de investimentos previstos para o período de 2024 a 2026. Um ponto relevante do plano compartilhado inclui a contratação, neste período, de 2.045 novos colaboradores para atuar, principalmente, na operação em campo até 2027. Apenas este ano, serão cerca 350 novos colaboradores para agilizar o atendimento aos clientes. Dentre as iniciativas apresentadas pela Enel Rio, além do reforço significativo das equipes de profissionais próprios que atuam em campo, foi destacada a intensificação das manutenções preventivas, o aumento do número de podas preventivas e modernização da rede elétrica. No período de 2025 a 2027, será dada a sequência na previsão de realização de 1,3 milhão de podas, inspeções em mais de 120 mil km de redes de baixa e média tensão. Além disso, estão em curso a modernização, constrição e ampliação de subestações que trarão benefícios aos consumidores. A Companhia também irá construir mais de 89 km de rede de alta tensão para apoiar os novos pontos de suprimentos. Além da alta tensão, até 2027, cerca de 210 km de média e baixa tensão serão substituídos, sendo instaladas em parte deles as chamadas redes compactas, mais resistentes. De material, mais de 700 equipamentos de tele controles serão instalados tomando o serviço mais eficiente. **Nota: Visando padronizar a forma de divulgação dos investimentos das distribuidoras do Grupo, e consequentemente prezando pela transparência, desde o 4T23 os valores das subcontas que estavam alocados na linha "outros" passam a compor as demais rubricas de investimentos em Manutenção, Crescimento e Novas Conexões. A denominação padronizada de investimentos substitui a classificação anterior, dividida em: Novas Conexões, Rede e Outros. A adoção da denominação padronizada não traz prejuízo a análise, pelo contrário, torna mais evidente e fidedigna a alocação de recursos realizados pela Companhia.**

7. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL\*

A sustentabilidade é inerente ao nosso negócio. Somos uma companhia que gera 100% de sua energia a partir de fontes renováveis e temos uma ambiciosa meta de alcançar net zero até 2040. Este compromisso está no centro da nossa estratégia de sustentabilidade, bem como os compromissos com a segurança e confiabilidade da rede, a partir de ações concretas que abordam a adaptação às mudanças climáticas e os impactos sociais. Nosso foco de negócio é distribuir energia, desenvolvendo projetos e soluções inovadoras que sejam capazes de promover a eletrificação limpa do consumo e enfrentar os desafios globais da transição energética justa e acessível, alicerçada nas fontes renováveis de geração. Pautamos nossas ações pelo bem-estar da comunidade, a conservação do meio ambiente, a ética e a segurança das pessoas. Nesse sentido, estamos alinhados com as iniciativas do Pacto Global das Nações Unidas, do qual somos signatários e membro ativo. E buscamos contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS). Entre os quais estamos especialmente comprometidos com 4 dos 17 ODS: Energia Acessível e Limpas (ODS 7); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13). A fim de conciliar nossas ambições e traçar um caminho com objetivos, ações e metas concretas, contamos com o nosso Plano de Sustentabilidade, acompanhado trimestralmente pelo Conselho de Administração, nosso mais alto órgão de governança da Enel Distribuição Rio. Nosso modelo organizacional e de governança corporativa garante que as questões de sustentabilidade sejam

adequadamente consideradas em todos os processos relevantes de tomadas de decisões corporativas, tendo como elemento-chave a adoção de indicadores ESG (Environmental, Social and Governance) em toda a cadeia de valor, não só para reportar os resultados alcançados, mas sobretudo orientar nossas ações e antecipar decisões de negócio em linha com a estratégia de sustentabilidade e com compromissos assumidos. Nossos projetos socioambientais também compõem os objetivos estabelecidos no Plano de Sustentabilidade, e visam contribuir com o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com a mitigação de riscos e impactos das nossas atividades, e com o nosso crescimento sustentável. **Projetos socioambientais:** Nosso modo de desenvolver e gerir relacionamentos com as comunidades, por meio da realização de projetos socioambientais em toda a área de atuação da companhia, visa atender às demandas reais do entorno, em linha com os propósitos do Grupo e com foco na criação de valor compartilhado. Para viabilizar esse compromisso, nosso programa de sustentabilidade chamado "Enel Compartilha", vem atuando em diversas frentes para promover o consumo consciente, a inclusão, o empreendedorismo, a capacitação profissional e o acesso à energia a todas as pessoas, conscientizando as pessoas sobre o combate ao desperdício por meio do uso eficiente e seguro da energia elétrica. Além disso, as iniciativas do Enel Compartilha também buscam impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, engajar lideranças locais, educar crianças e jovens para o uso seguro da energia e apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades. A Enel Distribuição Rio, desenvolveu 17 projetos, em 2024, que beneficiaram cerca de 187 mil pessoas, com um investimento de R\$ 17 milhões. Também foi gerado o valor de R\$ 2,8 milhões em renda extra para as comunidades, por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo. Com o programa Enel Compartilha Eficiência foram trocadas gratuitamente 1.155 geladeiras e 34 mil lâmpadas dos clientes da distribuidora. Entre os projetos realizados destacamos o seguinte. **Enel Compartilha Liderança em Rede:** Em 2024, com o aumento dos eventos climáticos, os líderes comunitários integrantes do programa Enel Compartilha Liderança em Rede apoiaram ativamente a Enel Distribuição Rio em diversas ações operacionais, entre as quais podemos destacar a elaboração de plano de emergência, participação de salas de crises, atendimento prioritário a clientes vitais, essenciais, cabos partidos nos territórios e controle de manifestações populares. Outro destaque foi a participação das Defesas Cívicas municipais nas reuniões mensais da Rede de Lideranças, informando e instruindo as comunidades sobre formas de prevenção e segurança em grandes eventos climáticos que afetam diretamente os territórios vulneráveis. No mesmo ano, a Rede de Lideranças passou a contar com mais um grupo de líderes, de Ilha Grande, somando 12 grupos. Sendo assim, o programa encerra o ano com 236 líderes ativos em 20 municípios, beneficiando 3.503 pessoas com a Campanha Energia Segura, além de 81.400 pessoas beneficiadas com demandas técnicas e comerciais. **Enel Compartilha Eficiência - troca de geladeiras e lâmpadas:** O projeto da Enel realizou, ao longo de 2024, a substituição gratuita de 1.155 geladeiras antigas por modelos novos e mais eficientes, ainda efetuou a troca de 11,1 mil lâmpadas comuns por lâmpadas LED. O objetivo desse programa é contribuir para a adequação do consumo de energia de famílias de comunidades vulneráveis. Além disso, o programa também apoiou famílias afetadas pelas chuvas que atingiram as regiões serrana e noroeste do Estado do Rio de Janeiro, e realizou doações de geladeiras e cestas básicas. Além da geladeira, cada família recebeu quatro luminárias de LED e duas cestas básicas. Esta ação foi realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social do município. A campanha de ajuda humanitária percorreu ao todo seis municípios: Campos, Teresópolis, Petrópolis, Bonito, Araruama e Cabo, no Estado do Rio de Janeiro, Itaboraí e São Francisco de Itaboraí, beneficiando diretamente 500 famílias com 500 geladeiras e 1.000 cestas básicas. **Enel Compartilha Eficiência - Chamada Pública de Projetos:** Em 2024, a Enel Distribuição Rio realizou a entrega de três iniciativas oriundas de Chamadas Públicas de Projetos (CPP) sobre eficiência energética. Dois projetos da tipologia de Iluminação Pública beneficiaram os municípios de Areal e Teresópolis que, juntos, proporcionaram a substituição de 1.031 pontos de iluminação pública. O terceiro projeto foi formalmente entregue em agosto, durante evento com a Marinha do Brasil, no Instituto de Estudos Avançados de Petrópolis, em Araruama e Cabo, com a conclusão das obras de instalação de sistema fotovoltaico com 8 módulos, quatro condicionadores de ar modelo invertido e 458 luminárias LED. Em dezembro, a Enel Distribuição Rio lançou a nova Chamada Pública de Projetos (CPP 001/2024), com prazo de inscrições até 7 de março de 2025, para oferecer a oportunidade aos clientes da concessionária, que desejarem apresentar projetos que possam ser financiados com recursos do Programa de Eficiência Energética regulamentado pela Anel. Ao todo, serão disponibilizados R\$ 3,5 milhões. **Canteiro Sustentável - Prêmio FIRJAN de Sustentabilidade - A Enel Distribuição Rio** foi premiada na edição 2024 do prêmio FIRJAN de Sustentabilidade na categoria "Resíduos Sólidos", com o projeto Caixa Sustentável. Este prêmio foi entregue pelo Entorno Sustentável em outubro de 2024, quando esta premiação nos últimos três anos. Desde 2013, o Prêmio FIRJAN de Sustentabilidade visa reconhecer iniciativas que conciliam a proteção ambiental, o equilíbrio econômico e o bem-estar social, dando visibilidade às ações institucionais que contribuem para a sustentabilidade do Estado do Rio de Janeiro. O anúncio dos vencedores foi feito no dia 23 de setembro, durante uma cerimônia no auditório Aquário da Casa Firjan. **BT zero - Regularização de ligações -** Em 2024 foram iniciadas as primeiras ações do projeto piloto de eficiência energética BT zero, aprovado pela Anel, por meio da atuação de equipes de campo e de atendimento ao cliente. O projeto atua em condomínios com cerca de 5 mil unidades consumidoras com a retirada da ligação que furta energia e a instalação de caixas de medição do consumo e rede blindada. Também atuará com ações sociais nos condomínios populares contemplados com o projeto, a fim de promover a adequação do consumo de energia ao orçamento familiar, por meio da troca de geladeiras, lâmpadas e chuveiros antigos, por modelos mais eficientes. Ao todo, o projeto BT zero investirá cerca de R\$ 14 milhões na instalação de 250 caixas blindadas a trocar 1.644 geladeiras e chuveiros, além de 26.000 lâmpadas entre os anos 2024 e 2025. **Projeto Olimpíadas de Eficiência Energética - A Olimpíada de Eficiência Energética** é uma iniciativa educacional promovida pela ABRADEE (Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica), realizou em Brasília a cerimônia de premiação dos alunos das 8ª e 9ª séries do ensino fundamental que mais se destacaram nas provas e desafios que ocorreram em outubro sobre consumo consciente, uso eficiente de recursos energéticos e o impacto ambiental da geração de energia. Na área de concessão da Enel Distribuição Rio, foram 3.782 alunos inscritos, 31 municípios contemplados e 89 escolas participantes. Os premiados receberam medalhas, notebooks e certificados de honras. O projeto também promoveu a inclusão social por meio do esporte. Além da prática esportiva, os participantes contam com atendimento multidisciplinar, incluindo suporte social, psicológico e fisioterapêutico. Por meio desses projetos, a Enel reafirma seu compromisso com a transformação social e a melhoria da qualidade de vida das comunidades onde atua. **Parceiro Responsável:** Programa com iniciativas para desenvolver e engajar fornecedores quanto aos objetivos e compromissos de sustentabilidade da Enel, em especial quanto à Agenda 2030 da ONU. Em 2024, tivemos a participação de 394 pessoas de 249 empresas fornecedoras. Entre os temas abordados, destacamos: Ética, Sustentabilidade, Direitos Humanos, Saúde e Segurança, Ética, Economia Circular, Sistema de Compliance para pequenas e médias empresas. Anualmente o programa ainda faz o reconhecimento dos fornecedores que apresentarem as melhores práticas de sustentabilidade, após uma análise criteriosa dos resultados e impactos positivos para a sociedade e para os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, incentivando assim, o engajamento da cadeia de fornecedores com os compromissos de sustentabilidade da Enel e o desenvolvimento sustentável das empresas. **Due Diligence de Direitos Humanos (DDHH):** Com o objetivo de promover o respeito aos Direitos Humanos e a prevenção de riscos de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo de DDHH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente, Integridade (tolerância zero a corrupção) e respeito à Diversidade e Inclusão. Com o objetivo de reduzir o risco de possíveis violações de direitos humanos, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos o processo

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023		Nota	31.12.2024	31.12.2023
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	421.090	65.262	Fornecedores	12	1.345.459	1.085.156
Títulos e valores mobiliários	5	122	121.002	Empréstimos e financiamentos	14	3.556.613	5.416.147
Contas a receber de clientes	6	2.606.672	2.062.357	Obrigações por arrendamentos		41.998	17.081
Créditos a receber - subvenção e outros	7	188.024	3.852	Outras obrigações fiscais		144.800	191.469
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	9	139.928	111.009	Dividendos a pagar	18,6	236.821	77.666
Outros tributos compensáveis	9	704.863	582.036	Salários, provisões e encargos sociais		64.980	64.517
Serviços em curso		44.894	51.857	Encargos setoriais	13	70.858	102.752
Instrumentos financeiros derivativos	25	76.903	-	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	15	392.860	380.399
Outros créditos		119.276	113.602	Passivo financeiro setorial	8	261.203	70.624
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>4.301.772</b>	<b>3.110.977</b>	Geração distribuída		61.829	-
<b>Ativo não circulante</b>				Instrumentos financeiros derivativos	25	30.405	225.684
Contas a receber de clientes	6	156.012	510.326	Outras obrigações		312.935	215.258
Outros tributos compensáveis	9	2.269.837	2.633.581	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>6.520.761</b>	<b>7.846.753</b>
Depósitos vinculados	17	315.309	219.088	<b>Passivo não circulante</b>			
Tributos diferidos	23	980.092	521.176	Empréstimos e financiamentos	14	1.179.701	536.084
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	10,1	950.857	975.888	Obrigações por arrendamentos		85.818	56.138
Ativo financeiro indenizável (concessão)	10,2	8.348.889	7.259.520	Outras obrigações fiscais		15.077	-
Imobilizado	11	274.857	200.433	Encargos setoriais	13	79.905	65.824
Intangível	10,3	2.033.698	2.225.698	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	15	2.258.843	2.634.288
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>15.329.551</b>	<b>14.545.710</b>	Passivo financeiro setorial	8	53.308	9.088
<b>Total do ativo</b>		<b>19.631.323</b>	<b>17.656.687</b>	Obrigações com benefícios pós-emprego	16	212.839	304.739
				Instrumentos financeiros derivativos	25	782.840	793.149
				Outras obrigações	17	141	446
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>4.668.472</b>	<b>4.469.054</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social		6.950.458	4.438.230
				Reserva de capital		23.254	23.254
				Reserva de lucros		1.470.233	912.095
				Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial		(1.855)	(32.699)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>8.442.090</b>	<b>5.340.880</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>19.631.323</b>	<b>17.656.687</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2024	2023
Receita líquida	20	8.741.530	7.796.468
Custo	21	(7.256.384)	(6.443.316)
<b>Lucro bruto</b>		<b>1.485.146</b>	<b>1.352.670</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas com vendas	21	(26.740)	(23.449)
Despesas gerais e administrativas		(310.839)	(428.234)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(307.159)	(321.234)
Outras receitas operacionais		133.683	90.918
<b>Total despesas operacionais</b>		<b>(511.055)</b>	<b>(681.999)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro</b>		<b>974.091</b>	<b>670.671</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	22	173.347	229.708
Despesas financeiras		(1.054.178)	(1.173.311)
Variações cambiais líquidas		(978)	1.106
<b>Total do resultado financeiro</b>		<b>(881.809)</b>	<b>(942.497)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>92.282</b>	<b>(271.826)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	78.783	(61.451)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		499.088	141.598
<b>Total dos tributos sobre o lucro (prejuízo)</b>		<b>577.871</b>	<b>80.147</b>
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>670.153</b>	<b>(191.679)</b>
<b>Lucro líquido (prejuízo) por ação em R\$ - básico e diluído</b>	19	2.4148	(0,7929)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
	Capital subscrito	(-) Capital a integralizar	Reserva de ágio	Remuneração do imobilizado em curso	Reserva legal	Reserva para reforço de capital de giro			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>4.138.230</b>	-	<b>2.308</b>	<b>20.946</b>	<b>142.520</b>	<b>142.520</b>	<b>987.683</b>	-	<b>5.234.890</b>
<b>Resultado abrangente total:</b>									
Prejuízo exercício	-	-	-	-	-	-	(191.679)	-	(191.679)
Perda atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	(40.115)	(40.115)
Tributos diferidos sobre perda atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	13.639	13.639
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	36.512	36.512
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	(12.414)	(12.414)
<b>Transações com os acionistas</b>									
Aumento de capital	300.000	-	-	-	-	-	-	-	300.000
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	47	-	47
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>									
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	(26.476)	26.476	-
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	(218.108)	218.108	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>4.438.230</b>	-	<b>2.308</b>	<b>20.946</b>	<b>142.520</b>	<b>142.520</b>	<b>769.575</b>	-	<b>(32.699)</b>
<b>Resultado abrangente total:</b>									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	670.153	-	670.153
Ganho atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	71.424	71.424
Tributos diferidos sobre ganho atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	(24.284)	(24.284)
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	46.733	46.733
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	(15.889)	(15.889)
<b>Transações com os acionistas</b>									
Aumento de capital	2.515.000	(2.515.000)	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	-	2.512.228	-	-	-	-	-	-	2.512.228
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	8	-	8
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(159.163)	-	(159.163)
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>									
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	47.140	(47.140)	-
Reserva legal	-	-	-	-	33.508	-	(33.508)	-	-
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	524.630	(524.630)	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>6.953.230</b>	<b>(2.772)</b>	<b>2.308</b>	<b>20.946</b>	<b>176.028</b>	<b>176.028</b>	<b>1.294.205</b>	<b>(1.855)</b>	<b>8.442.090</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2024	31.12.2023
<b>Atividades operacionais</b>		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	670.153	(191.679)
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais</b>		
Depreciação e amortização	835.210	711.924
Variações cambiais da dívida	247.157	(131.642)
Marcação a mercado da dívida	(2.258)	(33.813)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - variação cambial	(247.150)	131.649
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - marcação a mercado	(3.297)	7.680
Atualização do ativo financeiro da concessão	(369.761)	(344.053)
Atualização dos ativos e passivos financeiros setoriais	(92.019)	(106.989)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	66.256	149.234
Perda de recebíveis de clientes	241.928	172.000
Atualização monetária de processos judiciais	65.655	77.081
Provisões para processos judiciais e outros riscos	223.409	174.466
Juros sobre obrigações de arrendamento	14.880	8.750
Juros sobre empréstimos e financiamentos	617.188	503.614
Juros sobre operações com instrumento derivativo	137.630	338.683
Benefício pós-emprego	31.364	29.703
Baixa de ativo intangível	3.917	61.684
Baixa de ativo imobilizado	965	3.283
Tributos e contribuições sociais diferidos	(499.088)	(141.598)
<b>Redução (aumento) dos ativos</b>		
Contas a receber de clientes	(498.185)	(570.844)
Ativo financeiro setorial	-	106.989
Créditos a receber - subvenção e outros	(184.172)	10.161
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	8.347	229.281
Outros tributos compensáveis	240.917	99.327
Depósitos vinculados	(96.221)	(19.224)
Serviços em curso	6.963	9.123
Outros créditos	(5.674)	72.040
<b>Redução (aumento) dos passivos</b>		
Fornecedores	260.303	(154.293)
Outras obrigações fiscais	(31.592)	66.388
Salários, provisões e encargos sociais	463	6.765
Encargos setoriais	(17.813)	26.369
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(362.984)	(224.852)
Passivo financeiro setorial	328.409	(60.369)
Geração distribuída	61.829	-
Outras obrigações	97.373	136.556
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(85.666)	(309.532)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(15.403)	(14.094)
Pagamento de juros de obrigações com derivativo	(165.113)	(358.453)
Pagamento de outras obrigações com benefício pós-emprego	(51.840)	(46.597)
Pagamento de processos judiciais e outros riscos	(299.373)	(217.392)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>1.131.116</b>	<b>207.326</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Adições para ativo imobilizado	(29.138)	(67.069)
Adições para ativo contratual	(1.293.422)	(1.084.602)
Títulos e valores mobiliários	120.880	7.980
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>	<b>(1.201.680)</b>	<b>(1.143.691)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>		
Aumento de capital	1.265.589	300.000
Integralização de capital	(2.772)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	990.777	2.727.388
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(1.733.704)	(1.975.969)
Pagamento de obrigações por arrendamento (principal)	(38.496)	(6.958)
Pagamento de instrumento financeiro derivativo (principal)	(16.818)	(110.950)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>	<b>464.576</b>	<b>933.511</b>
Transações que não afetam caixa	(38.184)	(27)
<b>Variação no caixa líquido</b>	<b>355.828</b>	<b>(2.981)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	65.262	68.143
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>421.090</b>	<b>65.262</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia", "Ampla" ou "Enel Distribuição Rio"), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria "A", controlada pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália). A sede da Companhia está localizada na Avenida Oscar Niemeyer nº 2000, Bloco 01, Sala 701, Santo Cristo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - Brasil. A Companhia está autorizada a operar como concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais. O contrato de Concessão de Distribuição de energia elétrica nº 005/1996, tem prazo de duração de 30 anos, com vencimento em dezembro de 2026 (vide nota explicativa nº 1.3). Em 14 de março de 2017, a Companhia assinou o 6º aditivo ao contrato de concessão que incluiu novas cláusulas econômicas e de gestão, obrigações de melhoria da qualidade e de sustentabilidade econômico-financeira bem como alteração o nível regulatório de perdas não técnicas. Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 19 de março de 2023, e o último reajuste tarifário anual ocorreu em 19 de março de 2024 (nota explicativa nº 3). **1.1 Eventos climáticos:** Na noite do dia 18 de novembro de 2023, a área de concessão da Companhia foi afetada por evento climático atípico com chuva, fortes rajadas de vento e descargas atmosféricas, causando danos severos em várias cidades fluminenses e interrompendo também o fornecimento de energia. O referido evento climático afetou quase todo o estado do Rio de Janeiro e, portanto, impactando gravemente diversos pontos de redes aéreas dos municípios da área de concessão da Companhia, demandando a atuação imediata e emergencial da concessionária. **Plano de melhoria:** Em setembro de 2024, a Companhia apresentou um plano estruturado de ações que visa reforçar a resiliência da sua rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos. As medidas, que começam a ser implementadas de imediato pela Companhia, têm o objetivo de satisfazer

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2024	31.12.2023
<b>1. Receitas</b>	<b>13.164.625</b>	<b>11.780.098</b>
<b>Receita bruta de venda de energia e outras receitas</b>	<b>13.229.856</b>	<b>11.929.332</b>
Fornecimento de energia elétrica	11.802.751	10.753.848
Outras receitas	133.683	90.918
Receita relativa à construção de ativos próprios	1.293.422	1.084.566
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(65.231)	(149.234)
<b>2. Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(7.359.471)</b>	<b>(6.431.768)</b>
Materiais	(451.454)	(325.903)
Outros custos operacionais	(774.766)	(563.927)
Custo de energia comprada e transmissão	(4.698.419)	(4.123.198)
Serviço de terceiros	(1.434.832)	(1.418.740)



...continuação

**AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A**

A Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus reflexos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD). A perda esperada em contas a receber abrange a melhor estimativa da Companhia e é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos são mensurados e aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa. A Companhia tem intensificado ações de conscientização e cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduas; (ii) planos de parcelamentos e campanhas negativas; (iii) identificação e constante revisão da política de corte; e (iv) propensão aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo cartão de crédito, pix e parcerias com meios de pagamentos digitais, inclusive com opções de parcelamentos para as contas de energia vencidas. A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	31.12.2024	31.12.2023
Provisões	(307.159)	(321.234)
<b>Total</b>	<b>(307.159)</b>	<b>(321.234)</b>

**Mudança de estimativa contábil:** Em 2024 a Companhia implementou duas mudanças no modelo de cálculo na PECLD, em virtude das melhorias observadas nos indicadores de performance de recuperação de crédito: (i) Alteração da probabilidade de perda (*Probability of Default* - PD) para a categoria de Receita Não Faturada a fim de refletir o risco de inadimplência associado a esta categoria, o qual difere do risco atribuído às faturas emitidas que vinha sendo aplicado no modelo anterior; e (ii) Extensão dos dados históricos para observação da taxa de recuperação (*recovery rate*) e da probabilidade de inadimplência (*probability of default* - PD), na visão de que a extensão dos dados históricos de 36 meses para 48 meses torna o cálculo da perda advinda da inadimplência ("LGD") mais estável, uma vez que o peso relativo de cada novo intervalo de tempo passa a refletir com maior clareza na recuperação de créditos a partir da adoção de mais período no cálculo. A ampliação do histórico para 48 meses e a possibilidade de observar a performance após 3 anos, permitiu a captura pelo modelo das recuperações de faturas do período da pandemia, afetada pela queda na renda da população e pela redução das atividades de cobrança das distribuidoras (principalmente ações de corte), registradas em 2023 e 2024 após a normalização das condições operacionais e econômicas. Esta atualização na metodologia reflete o comportamento observado nos últimos anos e expectativa da Companhia de forma prospectiva. Não constitui uma correção de erro, mas sim um aprimoramento das estimativas baseado em maior experiência, dados mais robustos e técnicas estatísticas avançadas, mantendo a integridade e a substância das informações financeiras anteriormente apresentadas. Esta melhoria está alinhada ao estabelecido no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, e o efeito de mudança na estimativa contábil foi reconhecido de forma prospectiva a partir de outubro de 2024. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o impacto das alterações dos itens i e ii, foi uma redução da PECLD de aproximadamente R\$126.558.

**7. Créditos a receber - subvenção e outros:** Representa o valor a ser repassado para a Companhia, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são

oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras. Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. As subvenções que visam compensar a Companhia nos subsídios incidentes nas tarifas de energia de classes específicas de consumidores, incluindo subsídios de baixa renda, são reconhecidas no resultado como "outras receitas" denominadas como Subvenção CDE em uma base sistemática durante os períodos em que o faturamento ocorre, quando se torna recebível, vide quadro abaixo:

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Baixa renda - subsídio CDE		47.433	21.378
Subsídio CDE mensal - ciclo corrente	7.1	26.539	-
CDE a devolver - diferença ciclo anterior		(6.762)	4.570
CDE a devolver - diferença ciclo corrente	7.2	115.205	(27.705)
Bônus - redução voluntária de consumo		5.609	5.609
<b>Total</b>		<b>188.024</b>	<b>3.852</b>

**7.1** Em dezembro de 2023, a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso transferindo todos os riscos e benefícios vinculados relativos à previsão de subsídio CDE (mensal) ciclo corrente, para a instituição financeira na data da transação, este processo não foi realizado em dezembro de 2024. **7.2** Aumento dos valores de previsão de ajuste CDE ciclo corrente, devido a diferença entre os descontos/subsídios concedidos, e o valor de repasse mensal da CDE. **8. Ativos e passivos financeiros setoriais:** O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de "Parcela A" ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária. Essas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia. A Companhia classifica os saldos de ativo e passivo financeiro setorial como instrumentos financeiros "custo amortizado", pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ANEEL já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ANEEL no próximo evento tarifário. **Redução ao valor recuperável:** os saldos relacionados ao ativo financeiro setorial estão sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48 - IFRS 9 Instrumentos financeiros. A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento, com base no histórico de inadimplência e a potencial perda associada, considerando que tais ativos serão realizados por meio do incremento da tarifa do próximo ciclo tarifário e ainda pela garantia de indenização do saldo, conforme mencionado anteriormente. Dessa forma, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

	Nota	31.12.2023	Adição	Amortização	Recebimento CDE Eletrobrás	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	31.12.2024	Valores em amortização	Valores em constituição	Passivo circulante	Passivo não circulante
<b>Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA</b>												
Aquisição de energia - CVA energia	8.1	(273.357)	(91.544)	226.903	-	-	74.158	(26.163)	(90.003)	(42.639)	(80.399)	(9.604)
Programa de Incentivo as Fontes Alternativas - PROINFA		(1.141)	(2.408)	3.223	-	-	-	(191)	(517)	(517)	(517)	-
Transporte de energia pela rede básica		101.332	71.915	(93.360)	-	-	10.805	90.692	14.959	75.733	75.338	15.354
Transporte de energia - Itaipu		21.548	(1.272)	(17.141)	-	-	1.844	4.979	4.318	661	4.845	134
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/ERR		73.677	67.819	(52.817)	-	-	(46.838)	7.783	49.624	19.436	30.188	43.504
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		10.557	(93.797)	(9.571)	-	-	-	(1.291)	(94.102)	72	(94.174)	(75.009)
		<b>(67.384)</b>	<b>(49.287)</b>	<b>57.237</b>			<b>27.320</b>	<b>(7.213)</b>	<b>(39.327)</b>	<b>(4.371)</b>	<b>(32.238)</b>	<b>(7.089)</b>
<b>Demais passivos financeiros setoriais</b>												
Neutralidade da parcela A		90.243	(64.671)	(23.698)	-	-	-	(4.447)	(2.573)	3.914	(6.487)	(1.258)
Sobrecontratação de energia		(27.896)	(15.262)	9.847	-	-	-	(5.071)	(38.382)	(6.863)	(31.519)	(31.992)
Diferimento - devoluções tarifárias		(34.917)	(41.900)	31.214	-	-	-	2.700	(42.903)	(5.247)	(37.656)	(35.269)
Bandeiras tarifárias não homologadas		(2.686)	(16.940)	-	-	-	-	(24.067)	(43.693)	-	(43.693)	-
Risco hidrológico		(211.487)	(201.494)	212.706	-	-	-	(9.921)	(210.196)	(36.460)	(173.736)	(174.973)
Bandeira escassez hídrica	8.2	65.558	-	(65.558)	-	-	-	-	-	-	-	-
Revisão tarifária extraordinária	8.3	177.051	-	(151.020)	-	-	-	4.167	30.204	30.204	-	30.204
Outros		(68.200)	27.204	78.247	(33.737)	-	-	28.845	32.359	10.941	21.418	28.016
		<b>(12.328)</b>	<b>(313.063)</b>	<b>91.738</b>	<b>(33.737)</b>			<b>(24.067)</b>	<b>16.273</b>	<b>(275.184)</b>	<b>(3.511)</b>	<b>(271.673)</b>
		<b>(79.712)</b>	<b>(362.350)</b>	<b>148.975</b>	<b>(33.737)</b>			<b>3.253</b>	<b>9.060</b>	<b>(314.511)</b>	<b>(7.882)</b>	<b>(306.629)</b>
											<b>(261.203)</b>	<b>(53.308)</b>

**8.1 Aquisição de Energia - (CVAenergia):** a redução do diferimento passivo, está relacionado a variação do custo médio de aquisição de energia em relação a cobertura tarifária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o custo médio dos contratos foi de R\$ 218,14 e cobertura tarifária de R\$ 238,79, contra custo médio dos contratos R\$ 234,97 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e cobertura tarifária de R\$ 247,53 - valor das tarifas em reais; **8.2 Financeiro de escassez hídrica:** Conforme definido na Resolução nº 3/2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), no processo tarifário ocorrido em março de 2023, foi considerado um financeiro negativo para retificar o efeito dos custos ainda não cobertos pelas Bandeiras. O referido financeiro negativo, dividido em componentes de energia e ESS, foi contemplado no processo tarifário subsequente, devidamente atualizado pela taxa Selic e amortizado 100% do seu valor ao longo do período de abril de 2023 a março de 2024, sendo que no primeiro trimestre de 2024 foram amortizados as 3 últimas parcelas do processo no montante de R\$ 65.558. **8.3 Revisão tarifária extraordinária:** Para o ano de 2023 conforme resolução homologatória nº 3.279, de 17 de outubro de 2023 houve a constituição da revisão tarifária extraordinária no montante de R\$ 133.852 de principal e R\$ 43.205 de correção, na qual durante o ciclo tarifário 2024 foram amortizados um total de R\$ 151.020 e R\$ 4.167 de correção, restando um saldo residual a ser amortizado no próximo trimestre de R\$ 30.204.

	Nota	31.12.2023	Adição	Amortização	Recebimento CDE Eletrobrás	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	31.12.2024	Valores em amortização	Valores em constituição	Passivo circulante	Passivo não circulante
<b>Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA</b>												
Aquisição de energia - CVA energia	8.1	(242.480)	(181.018)	192.583	-	-	17.437	(59.879)	(273.357)	(47.933)	(225.424)	(46.195)
Programa de Incentivo as Fontes Alternativas - PROINFA		(1.141)	(2.408)	3.223	-	-	-	(497)	(1.141)	-	(1.141)	-
Transporte de energia pela rede básica		50.498	90.284	(47.207)	-	-	7.787	101.332	7.382	93.950	82.080	19.252
Transporte de energia - Itaipu		7.974	19.453	(7.251)	-	-	-	1.372	21.548	1.418	20.130	4.125
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/ERR		(43.632)	97.709	46.386	-	-	(20.592)	(6.194)	73.677	(20.584)	94.261	54.361
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		60.785	(1.813)	(52.878)	-	-	-	4.463	10.557	9.377	1.180	10.315
		<b>(164.359)</b>	<b>18.573</b>	<b>134.535</b>			<b>(3.155)</b>	<b>(52.978)</b>	<b>(67.384)</b>	<b>(51.481)</b>	<b>(15.903)</b>	<b>(64.124)</b>
											<b>(64.124)</b>	<b>(3.260)</b>
<b>Demais passivos financeiros setoriais</b>												
Neutralidade da parcela A		61.626	54.612	(28.794)	-	-	-	2.799	90.243	4.130	86.113	72.597
Sobrecontratação de energia		(19.242)	(48.904)	(99.986)	-	-	-	(2.986)	(24.468)	-	(52.364)	(17.468)
Diferimento - devoluções tarifárias		(30.207)	(31.794)	29.077	-	-	-	(1.993)	(34.917)	(4.980)	(29.937)	(28.782)
Bandeiras tarifárias não homologadas		(4.583)	1.897	-	-	-	-	-	(2.686)	-	(2.686)	-
Risco hidrológico		(177.857)	(201.750)	179.254	-	-	-	(11.134)	(211.487)	(30.405)	(181.082)	(174.381)
Bandeira escassez hídrica	8.2	307.096	58.010	(327.785)	-	-	-	28.237	65.558	65.558	-	65.558
Outros		(251.229)	174.388	166.904	(17.000)	-	-	35.794	108.857	(39.967)	148.824	78.360
		<b>24.278</b>	<b>7.747</b>	<b>(81.144)</b>	<b>(17.000)</b>			<b>53.791</b>	<b>(12.328)</b>	<b>18.804</b>	<b>(31.132)</b>	<b>(6.500)</b>
		<b>(140.081)</b>	<b>26.320</b>	<b>53.391</b>	<b>(17.000)</b>			<b>(3.155)</b>	<b>813</b>	<b>(79.712)</b>	<b>(47.035)</b>	<b>(70.624)</b>

**9. Imposto de renda, contribuição social e outros tributos compensáveis:** Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os montantes de imposto de renda e contribuição social a compensar estão apresentados, conforme quadro a seguir:

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
<b>Imposto de renda e contribuição social compensáveis</b>			
Imposto de renda	9.1	106.600	88.463
Contribuição social		28.739	18.370
Imposto de renda retido na fonte - IRRF		4.589	4.176
<b>Total</b>		<b>139.928</b>	<b>111.009</b>

A composição de outros tributos compensáveis, está demonstrada a seguir:

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
<b>ICMS</b>			
ICMS complementar nº 102/00		73.107	39.649
Pis e Cofins		81.492	113.468
Pis e Cofins (ICMS)	9.2	534.834	2.148.696
Outros tributos		1.890	1.890
<b>Total</b>		<b>704.863</b>	<b>2.269.837</b>

**9.1** Sobre o saldo de R\$ 106.600, está contemplado o montante de R\$ 78.783, referente ao imposto a compensar no montante de saldo negativo referente à reparaçao do ano de 2022 e 1º e 2º trimestres do ano de 2023, conforme detalhado na nota explicativa nº 23.1.9.2. Por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais relativos aos repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a Companhia adotou os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (vide nota explicativa nº 15). **10. Contrato de concessão público - privados:** Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro indenizável e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público. A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente. Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 19 de março de 2023, e o Reajuste Tarifário ocorreu em 19 de abril de 2024 (vide nota explicativa nº 3).

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	10.1	950.857	975.888
Ativo financeiro indenizável (concessão)	10.2	8.348.889	7.259.520
Intangível	10.3	2.033.698	2.225.698
<b>Total</b>		<b>11.333.444</b>	<b>10.461.106</b>

**Bens vinculados à concessão:** De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 20 de fevereiro de 1967, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente. **10.1 Ativo contratual (infraestrutura em construção):** O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados. A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Custo	(-) Obrigações especiais	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>998.368</b>	<b>(58.988)</b>	<b>939.380</b>
Adições	1.084.566	-	1.084.566
Capitalização de juros de empréstimos	36	-	36
Transferências para o ativo intangível	(491.904)	-	(491.904)
Transferências para o ativo financeiro	(556.217)	-	(556.217)
Transferências do ativo imobilizado	27	-	27
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.034.876</b>	<b>(58.988)</b>	<b>975.888</b>
Adições	1.293.422	-	1.293.422
Transferências para o ativo intangível	(598.845)	-	(598.845)
Transferências para o ativo financeiro	(719.608)	-	(719.608)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.009.845</b>	<b>(58.988)</b>	<b>950.857</b>

**10.2 Ativo financeiro da concessão:** O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros na categoria de "valor justo por meio de resultado", pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR). **Uso de estimativas:** A Revisão Tarifária da Companhia ocorre a cada 4 anos e, somente nessa data, a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL por meio do novo valor de reposição - "VNR" depreciado. Entre os períodos de Revisão Tarifária, a Administração, utilizando o critério determinado pela ANEEL, aplica o IPCA como fator de atualização da Base de Remuneração. O ativo financeiro da concessão é mensurado em função da referida base de remuneração e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como novo preço de reposição e atualização pelo IPCA. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela dessa infraestrutura que não estará amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculada à infraestrutura, por sua vez, tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL. A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. A movimentação do ativo indenizável da concessão é como segue:

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
<b>Saldo inicial</b>		<b>7.259.520</b>	<b>6.412.960</b>
Atualização financeira - revisão tarifária	10.2.1	719.608	556.217
Reclassificação para ativo intangível - revisão tarifária	10.2.1	-	(53.710)
Atualização ativo indenizável		369.761	283.657
<b>Saldo final</b>		<b>8.348.889</b>	<b>7.259.520</b>

...continuação

**AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A**

	31.12.2023	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	31.12.2024
<b>Imobilizado em serviço</b>						
Terenos	515	-	-	(120)	-	395
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	38.154	-	-	(382)	-	37.772
Máquinas e equipamentos	33.872	-	40.222	(57)	15.660	49.475
Veículos	2.695	-	-	-	-	2.695
Móveis e utensílios	31.676	-	-	(835)	2.962	33.803
	<b>106.912</b>	-	-	<b>(1.394)</b>	<b>18.622</b>	<b>124.140</b>
<b>Depreciação acumulada</b>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(14.428)	-	(1.103)	382	-	(15.149)
Máquinas e equipamentos	(11.188)	-	(4.902)	177	-	(15.913)
Veículos	(2.294)	-	(85)	-	-	(2.379)
Móveis e utensílios	(24.554)	-	(1.879)	787	-	(25.646)
	<b>(52.464)</b>	-	<b>(7.969)</b>	<b>1.346</b>	-	<b>(59.087)</b>
<b>Imobilizado em curso</b>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	39.633	6.407	-	-	-	46.040
Máquinas e equipamentos	34.673	19.140	-	(917)	(16.605)	36.291
Veículos	594	-	-	-	-	594
Móveis e utensílios	8.104	3.458	-	-	(2.017)	9.545
	<b>83.004</b>	<b>29.005</b>	-	<b>(917)</b>	<b>(18.622)</b>	<b>92.470</b>
	<b>137.452</b>	<b>29.005</b>	<b>(7.969)</b>	<b>(965)</b>	-	<b>157.523</b>
<b>Total do imobilizado</b>						
<b>Ativo de direito de uso</b>						
Terenos	344	27	(22)	(86)	-	263
Imóveis	46.715	3.222	(9.202)	(2.535)	-	38.200
Veículos	15.922	93.121	(30.172)	-	-	78.871
	<b>62.981</b>	<b>96.370</b>	<b>(39.396)</b>	<b>(2.621)</b>	-	<b>117.334</b>
<b>Total</b>	<b>200.433</b>	<b>125.375</b>	<b>(47.365)</b>	<b>(3.586)</b>	-	<b>274.857</b>

A Companhia reavalia as vidas úteis anualmente para garantir que refletem a realidade, diante disso, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

	%
<b>Distribuição</b>	
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	3,33%
Veículos	14,29%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente em 31 de dezembro de 2024:

	Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terenos	4,33	4,33
Imóveis	3,17	3,17
Veículos	2,00	2,00

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Compra de energia		410.473	414.084
Compra de energia - partes relacionadas	24	6.525	5.174
Encargo de uso da rede		145.744	150.701
		<b>562.742</b>	<b>569.959</b>
Materiais e serviços		685.575	339.781
Materiais e serviços - partes relacionadas	24	97.142	175.406
		<b>782.717</b>	<b>515.187</b>
		<b>1.345.459</b>	<b>1.085.156</b>

Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Em 31 de dezembro de 2024, o montante destas operações é de R\$ 85.234 (R\$ 80.251 em 31 de dezembro de 2023). **13. Encargos setoriais:** As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita - nota explicativa nº20. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

	31.12.2024	31.12.2023
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	4.623	36.565
Programa de Eficiência Energética - PEE	60.950	64.792
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	72.179	64.044
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- FNDCT	2.619	1.243
Ministério de Minas e Energia - MME	1.086	1.220
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	837	752
Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT	8.469	-
<b>Total</b>	<b>150.763</b>	<b>168.576</b>
<b>Circulante</b>	<b>70.858</b>	<b>102.792</b>
<b>Não circulante</b>	<b>79.905</b>	<b>65.824</b>

**14. Empréstimos e financiamentos:** Os saldos de empréstimos e financiamentos são registrados pelo custo amortizado - vide nota explicativa nº 25.1.1.

**14.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:**

Moeda nacional - partes relacionadas	Circulante			Não circulante			31.12.2024			Circulante			Não circulante			31.12.2023					
	Nota	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total		
<b>Moeda nacional - partes relacionadas</b>	24																				
Enel Brasil Mútuo		2.056.635	535.985	2.592.620	1.000.147	179.554	1.179.701	3.772.321	3.182.012	433.341	3.615.353	-	-	-	-	-	-	-	-	3.615.353	
CDSA		46.311	6.089	52.400	-	-	-	46.311	40.220	999	47.210	-	-	-	-	-	-	-	-	47.210	
Enel Cien		202.271	34.320	236.591	-	-	-	236.591	202.271	7.793	210.064	-	-	-	-	-	-	-	-	210.064	
Enel Finance International N.V. I e II		-	-	-	-	-	-	-	750.000	2.141	752.141	-	-	-	-	-	-	-	-	752.141	
		<b>2.299.128</b>	<b>576.394</b>	<b>2.875.522</b>	<b>1.000.147</b>	<b>179.554</b>	<b>1.179.701</b>	<b>4.055.223</b>	<b>4.174.503</b>	<b>444.274</b>	<b>4.618.777</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>4.618.777</b>	
<b>Moeda estrangeira</b>																					
Scotiabank 4131 III		228.493	1.344	229.837	-	-	-	229.837	-	1.051	1.051	178.646	178.646	-	-	-	-	-	-	179.697	
Scotiabank 4131 IV		137.099	674	137.773	-	-	-	137.773	-	518	518	107.187	107.187	-	-	-	-	-	-	107.705	
		<b>365.592</b>	<b>2.018</b>	<b>367.610</b>	-	-	-	<b>367.610</b>	-	<b>1.569</b>	<b>1.569</b>	<b>285.833</b>	<b>285.833</b>	-	-	-	-	-	-	<b>287.402</b>	
<b>Moeda estrangeira - partes relacionadas</b>	24																				
Enel Finance International N.V. III, IV, V, VI, VII, VIII		296.293	17.188	313.481	-	-	-	313.481	779.144	16.657	795.801	250.251	250.251	1.046.052	-	-	-	-	-	-	1.046.052
		<b>296.293</b>	<b>17.188</b>	<b>313.481</b>	-	-	-	<b>313.481</b>	<b>779.144</b>	<b>16.657</b>	<b>795.801</b>	<b>250.251</b>	<b>250.251</b>	<b>1.046.052</b>	-	-	-	-	-	-	<b>1.046.052</b>
<b>Total</b>		<b>2.961.013</b>	<b>595.600</b>	<b>3.556.613</b>	<b>1.000.147</b>	<b>179.554</b>	<b>1.179.701</b>	<b>4.736.314</b>	<b>4.953.647</b>	<b>462.500</b>	<b>5.416.147</b>	<b>536.084</b>	<b>536.084</b>	-	-	-	-	-	-	<b>5.952.231</b>	

**14.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:**

(a) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Enel Brasil Mútuo 74	101.114	02/01/24	01/01/26	CDI + 1,10%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 76	90.679	15/02/24	15/02/25	CDI + 1,12%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
(b) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e liquidados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:								
Enel Finance International N.V. V (c/ Swap)	306.765	03/09/21	03/09/24	CDI + 1,53%	Bullet	Annual	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 75	798.984	19/01/24	18/12/24	CDI + 1,25%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. VI (c/ Swap)	257.600	13/10/21	14/10/24	CDI + 1,59%	Bullet	Annual	Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. VII (c/ Swap)	347.881	14/12/21	16/12/24	CDI + 1,65%	Bullet	Annual	Capital de Giro	N/A
(c) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:								
Enel Brasil Mútuo 55	750.000	07/07/20	07/07/25	CDI + 2,27%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Scotiabank III	200.000	01/02/21	03/02/25	CDI + 1,393%	Bullet	Semes-tral	Capital de Giro	Brasil
Scotiabank IV	120.000	26/02/21	26/02/25	CDI + 1,393%	Bullet	Semes-tral	Capital de Giro	Brasil
Enel Brasil Mútuo 59	76.599	23/12/22	22/12/26	CDI + 1,10%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 60	30.233	26/12/22	25/12/26	CDI + 1,35%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 61	14.106	28/12/22	27/12/25	CDI + 1,35%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. X (c/ Swap)	262.103	03/01/23	03/01/25	CDI + 5,76%	Bullet	Annual	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 62	30.203	16/02/23	16/01/27	CDI + 1,25%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 63	70.482	17/04/23	16/04/25	CDI + 1,25%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 64	45.295	25/04/23	24/04/25	CDI + 1,10%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 65	350.836	10/07/23	09/05/26	CDI + 1,00%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 66	256.712	07/08/23	06/06/26	CDI + 1,30%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 67	30.342	14/08/23	13/07/27	CDI + 1,10%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 68	50.567	15/08/23	14/07/27	CDI + 1,10%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 69	23.259	17/08/23	16/07/27	CDI + 1,35%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo I Ampla - Cien	70.794	25/08/23	24/08/25	CDI + 1,67%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo II Ampla - Cien	91.018	15/09/23	14/09/25	CDI + 1,57%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo III Ampla - Cien	40.459	16/10/23	15/10/25	CDI + 1,42%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo II Ampla - CDSA	40.220	19/10/23	18/10/25	CDI + 1,00%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 70	50.282	17/11/23	17/05/27	CDI + 1,25%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 71	50.580	22/12/23	21/12/25	CDI + 1,10%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 72	1.213.670	27/12/23	26/12/25	CDI + 1,25%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 73	50.567	28/12/23	27/12/25	CDI + 1,15%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A

As operações de mútuo com a Cien, CDSA e a controladora Enel Brasil, que tinham vencimento em setembro e dezembro de 2024, respectivamente, foram prorrogadas de acordo com os termos de aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e do Conselho de Administração da Companhia, e com condições estabelecidas em processo realizado de acordo com as boas práticas de mercado. **14.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:**

	31.12.2024	%	31.12.2023	%
<b>Moeda nacional</b>				
CDI	4.055.223	85,62%	4.618.777	77,60%
<b>Moeda estrangeira</b>				
Dólar	367.610	7,76%	287.402	4,83%
Euro	313.481	6,62%	1.046.052	17,57%
<b>Total</b>	<b>4.736.314</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.952.231</b>	<b>100,00%</b>

Para mitigar o risco da variação cambial da captação realizada em moeda estrangeira, foram contratadas operações de swap, trocando taxas e valores pactuados em dólar por valores em reais. Os custos das operações de swap pactuadas encontram-se descritas a seguir:

	Custo Swap
SCOTIABANK S.A III	USD + 1,3930%aa CDI + 1,48% aa
SCOTIABANK S.A IV	USD + 1,3930%aa CDI + 1,48% aa
Enel Finance International N.V. III, IV, V, VI, VII, VIII	EUR + 5,76%aa CDI + 2,59% aa

**14.4 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram a seguinte variação:**

Indexador	Nota	31.12.2024	31.12.2023
CDI	(a)	12,15%	-

**14.5 A movimentação da dívida é como segue:**

...continuação

**AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A**

1,75% a 10%, em função do valor complemento de aposentados da faixa salarial e teto da previdência social. Em 31 de dezembro de 2001, a Companhia reconheceu o déficit atuarial no montante de R\$ 118.221 de acordo com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002 junto à Brasiletros, onde ficou estabelecido o prazo de 20 anos para amortização, com carência de 2 anos e meio e reajuste do saldo devedor em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais anuais. Em março de 2022 o saldo devedor desse compromisso foi quitado pela Companhia, conforme prazo e condições estabelecidas no instrumento contratual. **b) Plano de aposentadoria de contribuição variável - PACV (Contribuição Definida):** Patronadora - contribuição média de 5,14% da folha de salários dos participantes ativos não elegíveis ao recebimento do benefício pleno oferecido pelo plano, dos quais 4,05% são destinados à cobertura dos beneficiários e 1,09% destinados à cobertura das despesas administrativas. Participantes ativos - contribuição a partir de 2% do salário, conforme previsão regulamentar, sendo o percentual médio de contribuição observado a partir da população ativa equivalente a 5,15% da folha de salários dos participantes ativos. A Companhia firmou dois contratos de dívida junto à Brasiletros nos anos de 2012 e 2013, nos montantes de R\$ 3.498 e R\$ 9.861, respectivamente, para compensar o acréscimo das provisões matemáticas dos participantes que se encontravam na condição de ativo no plano em 31 de dezembro de 2006 em função da alteração da hipótese de crescimento real dos beneficiários de -1,5% para 0%a.a. que refletiu na redução da expectativa de recebimento do benefício vitalício. Em abril de 2023 os saldos foram quitados pela Companhia, conforme prazos e condições estabelecidas no contrato. Em função da situação deficitária registrada no plano em 2014 e a necessidade de restabelecer seu equilíbrio, a Companhia assumiu integralmente as obrigações decorrentes do resultado apurado no montante de R\$ 47.684 que foi objeto de contrato de confissão de dívida assinada em 30 de janeiro de 2015, com prazo de amortização de 15 anos e cláusula de revisão atuarial, onde o saldo devedor será revisado ao final de cada ano, em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais. Em 31 de dezembro de 2024, os saldos dos contratos de confissão de dívida assumidos pela Companhia com o PACV totalizam a quantia de R\$ 88.878 (R\$ 109.920 em 31 de dezembro de 2023), de acordo com avaliação atuarial preparada pela Brasiletros. **c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA):** A Companhia tem por obrigação com o plano de assistência médica somada a ex-cessários que foram desligados da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses beneficiários são de caráter opcional e são custeados pela Companhia e pelo usuário. **d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria:** A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria. Terão direito ao benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na Companhia. **Uso de estimativas:** O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de beneficiários de aposentadorias e pensões. As principais premissas utilizadas pela Companhia estão descritas a seguir: **Taxa de desconto:** A taxa utilizada para descontar o valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego considera os títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) com vencimento correspondente à duração da obrigação dos benefícios pós-emprego. **Tábua de mortalidade:** A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas e que são revisadas a cada data-base. A tábua de mortalidade se baseia em estudos de expectativa de vida da população de acordo com cada faixa etária e as condições socioeconômicas do grupo analisado. Através de estudos de aderência, realizados periodicamente, avalia-se a adequação da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano. **Aumento salarial, benefícios e inflação:** Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, a Companhia faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo. **Taxa esperada de retorno de ativos:** A taxa esperada de retorno de ativos do plano é a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo. **Informações relevantes dos benefícios pós-emprego:** a) Ativos e passivos atuariais, reconhecido no balanço patrimonial como passivo atuarial líquido:

	31.12.2024	31.12.2023
Valor presente das obrigações atuariais	1.155.103	1.402.429
Valor justo dos ativos do plano	(1.114.820)	(1.122.113)
Perda do limite para reconhecimento do ativo	172.556	24.423
<b>Total</b>	<b>212.839</b>	<b>304.739</b>

Movimentação contábil do passivo registrado, aberto por plano, é como segue:

	PCA	PACV	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	-	98.851	167.220	15.447	281.518
Custo do serviço corrente	-	214	1.592	655	2.461
Custo dos juros líquidos	-	9.449	16.421	1.372	27.242
Contribuições reais do empregador	-	(15.278)	(30.314)	(1.005)	(46.597)
Ganho (perda) atuarial	7.247	22.616	10.647	(395)	40.115
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>7.247</b>	<b>115.852</b>	<b>165.566</b>	<b>16.074</b>	<b>304.739</b>
Custo do serviço corrente	-	227	1.835	672	2.712
Custo dos juros líquidos	-	730	15.677	1.363	28.652
Contribuições reais do empregador	-	(19.060)	(32.529)	(251)	(51.840)
Ganho (perda) atuarial	(7.955)	(19.219)	(44.839)	589	(71.424)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>-</b>	<b>88.882</b>	<b>105.710</b>	<b>18.447</b>	<b>212.839</b>

**b) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:**

	31.12.2024	31.12.2023
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	1.402.429	1.338.396
Custo dos serviços correntes	2.712	2.461
Custos dos juros	133.741	131.477
Contribuição de participantes do plano	-	21
Benefícios pagos pelo plano	(166.900)	(154.803)
Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial	(216.879)	84.877
<b>Valor presente das obrigações atuariais ao final do exercício</b>	<b>1.155.103</b>	<b>1.402.429</b>

**c) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:**

	31.12.2024	31.12.2023
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.122.113	1.142.820
Retorno esperado dos ativos do plano	107.555	113.174
Contribuições recebidas de participantes do plano	-	21
Contribuições recebidas do empregador	51.840	46.597
Benefícios pagos pelo plano	(166.900)	(154.803)
Perdas (ganhos) atuariais sobre os ativos do plano	(25.696)	(25.696)
<b>Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício</b>	<b>1.114.820</b>	<b>1.122.113</b>

**d) Movimentação contábil do passivo registrado é como segue:**

	31.12.2024	31.12.2023
<b>Saldo inicial</b>	<b>304.739</b>	<b>281.518</b>
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial	2.712	2.461
Juros líquidos conforme laudo atuarial	28.652	27.242
Perda (ganho) de contribuições	(51.840)	(46.597)
Ajustes de avaliação atuarial	(71.424)	40.115
<b>Saldo final</b>	<b>212.839</b>	<b>304.739</b>

**e) Despesas reconhecidas no resultado do exercício:**

	2024	2023
Custo do serviço corrente bruto	2.712	2.461
<b>Custo do serviço corrente líquido</b>	<b>2.712</b>	<b>2.461</b>
Juros sobre a obrigação atuarial	133.741	131.477
Rendimento esperado dos ativos no ano	(105.091)	(104.235)
Juros líquidos sobre o passivo	28.650	27.242
<b>Total reconhecido no resultado</b>	<b>31.382</b>	<b>29.703</b>

	31.12.2024	31.12.2023
<b>f) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial):</b>		
Ganho (perda) atuarial gerado(a) pela taxa de desconto	13.800	(63.949)
Ganho (perda) atuarial gerado(a) pela experiência demográfica	203.079	(20.327)
Perda atuarial gerada pelo rendimento efeito dos ativos	(145.669)	(25.696)
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	214	70.457
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.114.820	1.122.113
<b>Montante reconhecido no exercício em outros resultados abrangentes</b>	<b>71.424</b>	<b>(40.115)</b>

**g) Composição dos investimentos do plano por segmento:**

	31.12.2024	%	31.12.2023	%
Renda fixa	944.725	84,74%	950.906	84,74%
Investimentos imobiliários	107.835	9,67%	108.540	9,67%
Outros	82.280	7,59%	82.687	7,59%
<b>Total do valor justo dos ativos do plano</b>	<b>1.114.820</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.122.113</b>	<b>100,00%</b>

**h) Premissas atuariais utilizadas:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Especificação	PCA	PACV	Plano Médico	FGTS na aposentadoria
Taxa de desconto	12,41%	12,15%	12,95%	12,23%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	12,41%	12,15%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,55%	5,55%	5,55%	5,55%
Taxa de inflação esperada	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Reajuste de benefício concedido de prestação continuada	4,50%	4,50%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Grupo	AT-2000 Grupo	AT-2000 Grupo	AT-2000 Grupo
Tábua de entrada em invalidez	Americana AT-49	Americana AT-49	Americana AT-49	Americana
Tábua de mortalidade de inválidos	Masculina	Masculina	Masculina	N/A
Turn over	N/A	N/A	7,63%	N/A
Taxa de tendência de custos em saúde - projeção de custos e contribuições	N/A	N/A	3,00%	N/A
Crescimento dos custos médicos devido a idade - projeção de custos	N/A	N/A	1,50%	N/A
Crescimento das contribuições em função da idade - projeção das contribuições	N/A	N/A	100,00%	N/A
Opção de plano para futuros aposentados	N/A	N/A	0,00%	N/A
Taxa de saída de futuros aposentados	N/A	N/A	0,00%	N/A

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Especificação	PCA	PACV	Plano Médico	FGTS na aposentadoria
Taxa de desconto	10,09%	10,09%	10,09%	10,09%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	10,09%	10,09%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,55%	5,55%	5,55%	5,55%
Taxa de inflação esperada	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Reajuste de benefício concedido de prestação continuada	4,50%	4,50%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Grupo	AT-2000 Grupo	AT-2000 Grupo	AT-2000 Grupo
Tábua de entrada em invalidez	Americana AT-49	Americana AT-49	Americana AT-49	Americana
Tábua de mortalidade de inválidos	Masculina	Masculina	Masculina	N/A
Turn over	N/A	N/A	7,63%	N/A
Taxa de tendência de custos em saúde - projeção de custos e contribuições	N/A	N/A	3,00%	N/A
Crescimento dos custos médicos devido a idade - projeção de custos	N/A	N/A	1,50%	N/A
Crescimento das contribuições em função da idade - projeção das contribuições	N/A	N/A	100,00%	N/A
Opção de plano para futuros aposentados	N/A	N/A	0,00%	N/A

**i) Estimativa da despesa para o exercício de 2025:**

	2025
Custo dos serviços correntes	3.793
Custos dos juros das obrigações com benefício pós-emprego	141.363
Rendimento esperado dos ativos do plano	(131.030)
<b>Total</b>	<b>14.126</b>

**j) Análise de sensibilidade das premissas atuariais:** Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,50%. O resultado da análise quantitativa em 31 de dezembro de 2024 está demonstrado a seguir:

	PCA	PACV	Plano Médico	Plano FGTS
<b>Obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>765.110</b>	<b>265.832</b>	<b>105.714</b>	<b>18.446</b>
Taxa de desconto	(+0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)
Impacto na obrigação do benefício definido	(3.524)	3.556	(1.229)	1.240
<b>Total da obrigação do benefício definido</b>	<b>761.586</b>	<b>269.388</b>	<b>104.485</b>	<b>19.686</b>

**k) Outras informações sobre as obrigações atuariais:** Em 31 de dezembro de 2024, a segregação da obrigação atuarial entre ativos e inativos, é de R\$ 70.124 e R\$ 142.714, respectivamente. Conforme laudo atuarial, o valor esperado de contribuições da Companhia para o exercício de 2025 é de R\$ 54.172. A duração média da obrigação do plano de benefício definido no final do exercício de 2024 é de 10 anos (10 anos em 31 de dezembro de 2023).

**17. Provisão para processos judiciais e outros riscos:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos. Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. **Decisão STF - Coisa julgada:** Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relacionadas a decisão do STF - Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária. **Uso de estimativas:** A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável. **17.1 Contingência com risco provável:** As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos vinculados estão compostas da seguinte forma:

	Atualização mo-	Paga-	Depósitos vinculados		
	ntaria	mentos	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2023
<b>Trabalhistas</b>	<b>17.1</b>	<b>363.951</b>	<b>347.682</b>	<b>347.682</b>	<b>141.363</b>
Cíveis	17.1	374.888	374.888	421.064	11.656
Fiscais	17.1	26.499	6.298	(8.235)	(2.479)
Regulatório	17.1	22.740	-	(321)	(22.419)
Outras provisões	17.1	5.071	-	-	5.071
<b>Total</b>	<b>793.149</b>	<b>400.694</b>	<b>(177.285)</b>	<b>65.655</b>	<b>(299.373)</b>
			<b>782.840</b>	<b>93.846</b>	<b>219.088</b>

Os processos não detalhados nas presentes informações financeiras não tiveram alterações relevantes, exceto às regulares atualizações de valores. As descrições e históricos detalhados podem ser verificados na nota explicativa no 17.2 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **17.2.1 Processos cíveis:** (a) ENDCOM - Indenização por danos em função de rescisão contratual: a empresa, ex-cessários da Companhia, demanda indenização pela rescisão contratual. Alega que uma sucessão de eventos ocorridos nos contratos com a Companhia resultou em desequilíbrio econômico-financeiro e prejuízos materiais e morais. A Companhia apresentou sua defesa em dezembro de 2021 o processo encorreu a fase postulatória e deu início a fase probatória. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a condenação pode envolver uma eventual indenização. O valor envolvido neste processo atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 239.586 (R\$ 208.517 em 31 de dezembro de 2023). **(b) Ação cível pública Paraty -** Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo Município de Paraty, alegando má qualidade do fornecimento de energia no Município. O processo determina a modernização da rede que serve o Município e a Companhia recebeu AI sobre indicadores de qualidade, referente ao plano de rescaldação de 2018/2019. A Companhia apresentou interposição de recurso, contra a penalidade. Em 6 de fevereiro de 2024, ANEEL decidiu analisar o recurso e negar o pedido da Companhia, no sentido de manter a aplicação da multa no montante original de R\$ 17.011. Diante da resposta da ANEEL, a Companhia decidiu pelo reconhecimento da penalidade. Em 06 de março de 2024 a Companhia efetuou o pagamento no montante de R\$ 22.419, dessa forma o processo foi arquivado. **17.1.5 Outras provisões:** A Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados. Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes. **17.2 Contingência com risco possível:** A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Trabalhistas	17.2.1	282.088	240.663
Cíveis	17.2.2	1.623.209	1.189.519
Fiscais	17.2.2	1.379.495	2.112.024
Juizados especiais	-	453.515	360.641
Regulatórias	17.2.3	57.248	-
<b>Total</b>		<b>3.795.645</b>	<b>4.102.845</b>

Os processos não detalhados nas presentes informações financeiras não tiveram alterações relevantes, exceto às regulares atualizações de valores. As descrições e históricos detalhados podem ser verificados na nota explicativa no 17.2 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **17.2.1 Processos cíveis:** (a) ENDCOM - Indenização por danos em função de rescisão contratual: a empresa, ex-cessários da Companhia, demanda indenização pela rescisão contratual. Alega que uma sucessão de eventos ocorridos nos contratos com a Companhia resultou em desequilíbrio econômico-financeiro e prejuízos materiais e morais. A Companhia apresentou sua defesa em dezembro de 2021 o processo encorreu a fase postulatória e deu início a fase probatória. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a condenação pode envolver uma eventual indenização. O valor envolvido neste processo atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 239.586 (R\$ 208.517 em 31 de dezembro de 2023). **(b) Ação cível pública Paraty -** Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo Município de Paraty, alegando má qualidade do fornecimento de energia no Município. O processo determina a modernização da rede que serve o Município e a Companhia recebeu AI sobre indicadores de qualidade, referente ao plano de rescaldação de 2018/2019. A Companhia apresentou interposição de recurso, contra a penalidade. Em 6 de fevereiro de 2024, ANEEL decidiu analisar o recurso e negar o pedido da Companhia, no sentido de manter a aplicação da multa no montante original de R\$ 17.011. Diante da resposta da ANEEL, a Companhia decidiu pelo reconhecimento da penalidade. Em 06 de março de 2024 a Companhia efetuou o pagamento no montante de R\$ 22.419, dessa forma o processo foi arquivado. **17.1.5 Outras provisões:** A Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados. Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes. **17.2 Contingência com risco possível:** A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Trabalhistas	17.2.1	282.088	240.663
Cíveis	17.2.2	1.623.209	1.189.519
Fiscais	17.2.2	1.379.495	2.112.024
Juizados especiais	-	453.515	360.641
Regulatórias	17.2.3	57.248	-
<b>Total</b>		<b>3.795.645</b>	<b>4.102.845</b>

Os processos não detalhados nas presentes informações financeiras não tiveram alterações relevantes, exceto às regulares atualizações de valores. As descrições e históricos detalhados podem ser verificados na nota explicativa no 17.2 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **17.2.1 Processos cíveis:** (a) ENDCOM - Indenização por danos em função de rescisão contratual: a empresa, ex-cessários da Companhia, demanda indenização pela rescisão contratual. Alega que uma sucessão de eventos ocorridos nos contratos com a Companhia resultou em desequilíbrio econômico-financeiro e prejuízos materiais e morais. A Companhia apresentou sua defesa em dezembro de 2021 o processo encorreu a fase postulatória e deu início a fase probatória. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a condenação pode envolver uma eventual indenização. O valor envolvido neste processo atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 239.586 (R\$ 208.517 em 31 de dezembro de 2023).

...continuação

**AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A**

de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações. **18.4 Outros resultados abrangentes:** A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do exercício, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes.

	31.12.2024	31.12.2023
Outros resultados abrangentes - plano de pensão	71.424	(40.115)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(24.284)	13.639
<b>Ganhos/perdas atuariais, líquido</b>	<b>47.140</b>	<b>(26.476)</b>
Outros resultados abrangentes - derivativos	(2.811)	(49.544)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	956	16.845
<b>Instrumentos financeiros derivativos, líquido</b>	<b>(1.855)</b>	<b>(32.699)</b>
Realização para lucros acumulados	(47.140)	26.476
<b>Total</b>	<b>(1.855)</b>	<b>(32.699)</b>

**18.5 Destinação de resultados:** O estatuto social da Companhia estabeleceu a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares. Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização dos ajustes de avaliação patrimonial, relativos à reserva de reavaliação reconhecida em exercícios anteriores à data de transição. Dessa forma, o incremento nas despesas de depreciação e baixas, em função do registro da reavaliação, tem efeito nulo na apuração dos dividendos da Companhia. A Companhia pode distribuir juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais. Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a conta de "lucros (prejuízos) acumulados" para nova destinação, conforme previsto na legislação societária.

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	670.153	(191.679)
Absorção dos prejuízos acumulados	-	218.108
(-) Reserva legal	(33.508)	-
(+) Dividendos prescritos	8	47
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício ajustado</b>	<b>636.653</b>	<b>26.476</b>
Dividendo mínimo obrigatório	(159.163)	-
Outros resultados abrangentes (benefício pós-emprego)	47.140	(26.476)
Reserva para reforço de capital de giro	(524.630)	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**18.6 Dividendos a pagar:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui saldo de dividendos a pagar, no montante de R\$ 236.821. O referido saldo será liquidado conforme disponibilidade de caixa da Companhia e não é prevista incidência de qualquer atualização monetária.

	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	77.666	77.743
<b>Efeito não caixa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Dividendos prescritos	(8)	(47)
Dividendo mínimo obrigatório	159.163	-
<b>Saldo final</b>	<b>236.821</b>	<b>77.666</b>

**19. Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial diluente. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

	2024	2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	670.153	(191.679)
Número de ações	277.518.050	241.740.351
<b>Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R\$)</b>	<b>2,4148</b>	<b>(0,7929)</b>

**20. Receita líquida:** A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado. O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente ("CPC 47") e é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As receitas são reconhecidas no momento em que o controle é transferido ao cliente, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. Os faturamentos ocorrem em períodos bem próximos às entregas e prestações de serviços, portanto, não são esperadas alterações significativas nos preços das transações a serem reconhecidas em receitas de períodos posteriores à satisfação de obrigação de desempenho.

	Nota	Número de unidades consumidoras(*)	MWh(*)	2024	Número de unidades consumidoras(*)	MWh(*)	2023
				R\$			R\$
<b>Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica</b>	<b>20.2</b>						
<b>Classe de consumidores</b>							
Residencial		2.877.559	5.187.405	3.937.028	2.988.803	4.941.261	3.641.898
Industrial		3.526	116.241	550.392	3.588	132.493	576.018
Comercial		141.046	1.296.317	2.115.316	140.468	1.410.749	1.980.376
Rural		64.161	141.421	271.482	67.056	136.159	227.582
Poder público		14.353	459.215	709.357	13.847	430.574	618.782
Iluminação pública		2.595	524.391	271.991	2.607	549.573	264.857
Serviço público		3.495	113.830	277.610	3.310	253.236	364.727
Suprimento e revenda		12	414.730	59.968	9	402.313	67.468
Transferência para atividades de distribuição		-	-	4.905.393	-	-	(4.509.230)
<b>Total faturado</b>		<b>3.106.747</b>	<b>8.253.550</b>	<b>3.287.756</b>	<b>3.219.688</b>	<b>8.256.448</b>	<b>3.252.476</b>
<b>Outras receitas originadas de contratos com clientes</b>							
Fornecimento não faturado	20.4	-	-	696.915	-	-	625.116
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	20.3	-	-	4.905.388	-	-	4.509.230
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	20.3	1.932	3.702.630	1.237.269	1.108	3.269.230	1.013.703
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD - consumidores cativos e livres	20.1	-	-	(113.287)	-	-	(77.357)
<b>Total de receitas originadas de contratos com clientes</b>		<b>3.108.679</b>	<b>11.956.180</b>	<b>10.014.041</b>	<b>3.220.796</b>	<b>11.525.678</b>	<b>9.323.170</b>
<b>Outras receitas</b>							
Subvenção de recursos da CDE	20.7	-	-	427.291	-	-	272.693
Subvenção baixa renda	20.7	-	-	283.664	-	-	138.589
Ativo e passivo financeiro setorial	20.8	-	-	442.804	-	-	468.377
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	-	369.762	-	-	344.053
Receita de construção	20.5	-	-	1.293.422	-	-	1.084.566
Outras receitas	20.6	-	-	266.489	-	-	146.986
<b>Total de outras receitas</b>				<b>3.082.132</b>			<b>2.515.244</b>
<b>Receita operacional bruta</b>		<b>3.108.679</b>	<b>11.956.180</b>	<b>13.096.173</b>	<b>3.220.796</b>	<b>11.525.678</b>	<b>11.838.414</b>
<b>Deduções da receita</b>							
Eficiência energética - P&D, FNDCT e EPE	-	-	-	(70.999)	-	-	(63.312)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	(1.032.300)	-	-	(1.188.168)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	-	(98.286)	-	-	(2.175)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE	-	-	-	(9.878)	-	-	(9.158)
ICMS	20.9	-	-	(2.307.439)	-	-	(2.020.241)
COFINS	20.9	-	-	(683.256)	-	-	(619.623)
PIS	20.9	-	-	(148.214)	-	-	(134.523)
ISS	20.9	-	-	(4.488)	-	-	(4.726)
<b>Total deduções da receita</b>				<b>(4.354.643)</b>			<b>(4,041,926)</b>
<b>Total</b>		<b>3.108.679</b>	<b>11.956.180</b>	<b>8.741.530</b>	<b>3.220.796</b>	<b>11.525.678</b>	<b>7.796.488</b>

(\*) Não auditado pelos auditores independentes.  
**20.1** Do montante total de DIC/FIC R\$ 77.357 em 31 de dezembro de 2023, está contemplado o montante de R\$ 870 de impactos dos eventos climáticos. **20.2 Receita de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica:** Os serviços de distribuição de energia elétrica estão suportados pelos contratos de adesão (consumidores de baixa tensão) e contratos de compra de energia regulada para consumidores de média e alta tensão. A medição é realizada conforme calendário de leitura estabelecido pela Companhia e o cumprimento da obrigação de desempenho se dá através da entrega de energia elétrica, ocorrida em um determinado período. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado mensalmente de acordo com esse calendário, sendo a receita registrada pelo valor justo da contraprestação a ser recebida quando as faturas são emitidas, utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL. Com a finalidade de adequar o consumo ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa - vide nota explicativa nº 20.2.3. **20.3 Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD):** A receita de Fornecimento de Energia e a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) são reconhecidas quando a provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia. As receitas são mensuradas com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente (consumo de energia, demanda contratada e/ou uso do sistema de distribuição). Estas receitas são reconhecidas quando é transferido o controle sobre o produto ou serviço ao cliente, ou seja, quando a energia é entregue ao cliente consumidor e/ou quando o consumidor utiliza o sistema de distribuição. A Companhia reconhece a receita pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos) e o valor justo da contraprestação é calculada conforme tarifa de uso do sistema (TUSD), a qual é definida pela ANEEL. Essa receita é constituída pela compensação dos custos relativos ao uso do sistema de distribuição que estão inseridos na TUSD. A receita pela disponibilização da rede elétrica é registrada de forma líquida das compensações pagas aos consumidores, relativas aos indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Tais indicadores refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição prestada aos clientes (livre e cativo). Indica a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, caracterizando uma contraprestação variável. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência. **20.4 Receita não faturada:** O cálculo da receita não faturada, para clientes cativos, referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente pelo sistema de faturamento, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o montante médio diário (montante total faturado / nº de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%). Para os clientes livres, o cálculo considera a média de consumo e tarifa dos últimos três meses. **20.5 Receita de construção:** A interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contrato de Concessão ("ICPC 17"), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo de contrato é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. **20.6 Outras receitas:** A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, podendo ser inerentes ao serviço de distribuição, tais como serviços cobráveis, ou atividades acessórias, como arrecadação de convênios. O reconhecimento de receitas é registrado conforme contrato entre as partes e cumprimento da obrigação de desempenho com o cliente, cujas tarifas podem ser acordadas entre as partes dependendo da natureza do serviço ou homologadas pela ANEEL. **20.7 Subvenção de recursos da CDE:** Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CCEE. O saldo a receber está contabilizado na rubrica "Créditos a receber - subvenção e Outros" - vide nota explicativa nº 7. **20.8 Ativo e passivo financeiro setorial:** Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8. **20.9 Impostos sobre vendas:** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços; • Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - o ICMS é aplicado de acordo com a classe de consumidores. Até março/2024, as principais classes eram tributadas pela alíquota de 20%. Com a edição da Lei 10.253/23, as classes passaram a ser tributadas pelas seguintes alíquotas: 18% para a classe residencial

consumo até 300kw, 20% para as classes comercial e industrial com consumo até 300kw; 24% para todas as classes com consumo acima de 301kw e isento para a classe residencial com consumo até 50kw. • Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - entre 2% à 5% incidente sobre a prestação de serviços onde o imposto é devido no estabelecimento prestador. Nos casos em que o imposto é devido no local da execução, deverá se aplicar a alíquota correspondente no respectivo município. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **21. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas):**

	Nota	Custo	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal		(169.621)	-	(39.105)	-	-	(208.726)
Material		(24.645)	-	(403)	-	-	(25.048)
Serviços		(561.669)	(26.740)	(68.292)	-	-	(656.701)
Serviços - partes relacionadas	24	-	-	371	-	-	371
Energia elétrica comprada para revenda		(2.989.541)	-	-	-	-	(2.989.541)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	24	(56.763)	-	-	-	-	(56.763)
Encargos do uso do sistema de transmissão		(1.297.456)	-	-	-	-	(1.297.456)
Seguros		(1.135)	-	(94)	-	-	(1.229)
Depreciação e amortização		(755.813)	-	(39.396)	-	-	(795.209)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	-	(65.231)	-	(65.231)
Perda de recebíveis de clientes		-	-	-	(241.928)	-	(241.928)
Custo de construção		(1.293.422)	-	-	-	-	(1.293.422)
Provisões para processos judiciais e outros riscos		-	-	(152.945)	-	-	(152.945)
Receita de multas por impuntualidade de clientes		-	-	-	-	129.998	129.998
Outras receitas (despesas) operacionais		(106.319)	-	(10.975)	-	3.685	(113.609)
<b>Total</b>		<b>(7.266.384)</b>	<b>(26.740)</b>	<b>(310.839)</b>	<b>(307.159)</b>	<b>133.683</b>	<b>(7.767.439)</b>

	Nota	Custo	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal		(150.887)	-	(64.057)	-	-	(214.944)
Material		(21.338)	-	(7.003)	-	-	(28.341)
Serviços		(604.754)	(23.449)	(53.196)	-	-	(681.399)
Energia elétrica comprada para revenda	21.1	(2.579.215)	-	-	-	-	(2.579.215)
Encargos do uso do sistema de transmissão		(988.556)	-	-	-	-	(988.556)
Seguros		(256.319)	-	-	-	-	(256.319)
Depreciação e amortização		(649.644)	-	(24.110)	-	-	(673.754)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	-	(149.234)	-	(149.234)
Perda de recebíveis de clientes		-	-	-	(172.000)	-	(172.000)
Custo de construção		(1.084.566)	-	-	-	-	(1.084.566)
Provisões para processos judiciais e outros riscos		-	-	(139.815)	-	-	(139.815)
Receita de multas por impuntualidade de clientes		-	-	-	-	90.918	90.918
Outras despesas operacionais	21.1	(108.539)	-	(140.053)	-	-	(248.592)
<b>Total</b>		<b>(6.443.818)</b>	<b>(23.449)</b>	<b>(428.234)</b>	<b>(321.234)</b>	<b>90.918</b>	<b>(7.125.817)</b>

**21.1** Do montante total de serviços de terceiros e outras receitas e (despesas) operacionais R\$ 681.399 e R\$ 248.592 respectivamente, estão contemplados os montantes de R\$ 15.000 e R\$ 4.300 de impactos dos eventos climáticos.

	Nota	2024	2023
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE		(165.321)	(186.766)
Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR's		(1.814.824)	(1.442.041)
Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR's - partes relacionadas	24	(46.861)	(32.155)
Regime de Contas de Garantia - CCGF		(286.098)	(299.432)
Regime de Contas de Garantia - CCGF - partes relacionadas	24	(9.902)	(9.793)
Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear		(129.119)	(127.943)
Risco hidrológico		(167.137)	(25.248)
Exposição involuntária		(27.366)	(34.361)
Itaipu Binacional		(424.663)	(473.064)
Geração distribuída	21.2.1.1	(61.829)	-
Outras receitas (despesas) operacionais		(2.743)	(2.442)
(-) Crédito de PIS e COFINS		193.160	169.424
<b>Total</b>		<b>(2.942.703)</b>	<b>(2,463,821)</b>

Energia elétrica comprada para revenda - PROINFRA  
**Total**  
**(3.046.304) (2.579.215)**

**21.2.1.1** A Geração Distribuída - GD, permite ao consumidor gerar energia e utilizar essa geração como crédito no seu consumo. Embora as regras de devolução ao consumidor pela GD não estejam consolidadas, a Companhia reconheceu provisões, com base em sua melhor estimativa no valor de R\$ 61.829. **21.2.2 Encargos do uso do sistema de transmissão:**

	Nota	2024	2023
Uso da rede elétrica		(821.301)	(784.078)
Uso da rede elétrica - partes relacionadas	24	-	(1.418)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS / EER		(259.400)	(256.319)
Encargos de conexão		(58.049)	(47.732)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD		(320.2	

...continuação

**AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A**

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

	Balancos patrimoniais			Resultado			Outros resultados abrangentes		
	31.12.2024	31.12.2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	
<b>Tributos diferidos ativos:</b>									
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	365.208	260.774	104.434	94.900	-	-	-	-	
Arrendamento - CPC 06 (R2)	3.565	3.482	83	146	-	-	-	-	
Prejuízo fiscal e base negativa	23.1	925.081	309.459	615.622	141.671	-	-	-	
Provisão para processos judiciais e outros riscos	264.441	267.947	(3.506)	11.613	-	-	-	-	
Benefício pós-emprego	208.360	232.643	-	-	(24.284)	13.639	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos	-	84.419	(84.419)	(8.569)	-	-	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos - PL	956	16.845	-	-	(15.889)	(12.414)	-	-	
Outras provisões	82.832	73.677	9.154	18.816	-	-	-	-	
<b>Total</b>	<b>1.850.443</b>	<b>1.249.246</b>	<b>641.368</b>	<b>258.577</b>	<b>(40.173)</b>	<b>1.225</b>			
<b>Tributos diferidos passivos:</b>									
Atualização do ativo financeiro da concessão	(853.501)	(727.783)	(125.717)	(116.979)	-	-	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos - Resultado	(16.563)	(16.563)	-	-	-	-	-	-	
Outros	(287)	(287)	-	-	-	-	-	-	
<b>Total</b>	<b>(870.351)</b>	<b>(728.070)</b>	<b>(142.281)</b>	<b>(116.979)</b>					
<b>Total</b>	<b>980.092</b>	<b>521.176</b>	<b>499.088</b>	<b>141.598</b>	<b>(40.173)</b>	<b>1.225</b>			

23.1 Em dezembro de 2024, a Companhia amparada nas avaliações de seus assessores legais registrou (i) imposto a compensar no montante de R\$ 78.783, de saldo negativo referente a reparaçao do ano de 2022 e 1º e 2º trimestres do ano de 2023, e (ii) R\$ 536.631 de tributo diferido ativo referente a reparaçao dos anos de 2021 a 2024, ambos relacionados com a exclusão da atualização financeira da Taxa SELIC sobre o indébito tributário, referido na nota explicativa nº 15, em razão do posicionamento do Supremo Tribunal Federal - STF, no sentido de que não incidem IRPJ e CSLL sobre a parcela da Taxa SELIC na repetição de indébitos tributários (Tema 962). A Companhia em 2024, após discussões setoriais e pareceres jurídicos reavaliou o êxito obtido em ação judicial acerca do tema. Os montantes de R\$ 78.783 e R\$ 536.631 foram registrados no resultado do exercício, nas rubricas de imposto de renda corrente e imposto de renda diferido, respectivamente. A Companhia irá adotar os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. Dessa forma, no saldo de R\$ 925.081 de Prejuízo fiscal e base negativa, está contemplado o reconhecimento de R\$ 536.631 de tributo diferido ativo, referente a reparaçao dos anos de 2021 a 2024, mencionado anteriormente no item II. **Uso de estimativas:** Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estima lucros tributários suficientes para que todas as diferenças temporárias, créditos e prejuízos tributários reconhecidos em 31 de dezembro de 2024 possam ser utilizados. A compensação integral do saldo do imposto diferido ativo sobre a totalidade dos prejuízos fiscais nos próximos exercícios é estimada da seguinte forma:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031 a 2033	2034 a 2036	2037 a 2039	2040 a 2042	2044	Total
47.618	42.666	43.076	30.559	32.297	136.320	128.288	209.954	230.842	22.261	925.081	
Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário. A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de avanço, demanda por seus produtos, serviços, etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia. O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos. As premissas utilizadas para o estudo técnico estão detalhadas na nota explicativa nº 10.3. <b>24. Transações com partes relacionadas:</b> Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posterior da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16. Os saldos a receber de partes relacionadas não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A seguir são apresentados os saldos a receber e a pagar, e as receitas e despesas das transações, com efeito líquido por parte relacionada, envolvendo a controladora e demais empresas com controle comum. <b>24.1 Controladora (Enel Brasil):</b>											
<b>Natureza da operação</b>	<b>Vigência</b>	<b>31.12.2024</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>Passivo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Despesas</b>	<b>Despesas</b>		
Dividendos a pagar	Indeterminado	(236.821)	(77.635)	-	-	-	-	-	-		
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura	Agosto de 2027	(21.761)	(16.929)	-	-	-	-	-	-		
Mútuo	Vide nota 14	(3.772.318)	(3.615.353)	(547.892)	(265.415)	-	-	-	-		
Prestação de serviço técnicos e gestão	Março de 2025	(138.242)	(100.124)	-	-	-	-	-	-		
Prestação de despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações	Março de 2025	(104.492)	(40.019)	-	-	-	-	-	-		
Comissão de fiança	Fevereiro de 2025	(297)	(277)	(693)	(674)	-	-	-	-		
<b>Total</b>		<b>(4.273.931)</b>	<b>(3.850.337)</b>	<b>(548.585)</b>	<b>(266.089)</b>						

**24.2 Empresas de controle comum:**

	31.12.2024	31.12.2023	2024	2023	
<b>Natureza da operação</b>	<b>Vigência</b>	<b>Ativo</b>	<b>Ativo</b>	<b>Receitas</b>	
<b>Benefício pós-emprego</b>	<b>Nota</b>	<b>(passivo)</b>	<b>(passivo)</b>	<b>(despesas)</b>	
Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS	Até o final da concessão	(194.392)	(288.665)	(31.364)	(29.703)
<b>Encargo de uso do sistema de transmissão</b>					
Enel Cien S.A.	Até março de 2023	24.2.1	-	-	(1.418)
<b>Suprimento de energia - CCEAR</b>					
EGP Cabeça de Boi S.A.		(161)	(156)	(1.138)	(1.085)
EGP Fazenda S.A.		(119)	(115)	(762)	(728)
EGP Morro do Chapéu I Eólica		(181)	(171)	(1.488)	(1.422)
EGP Morro do Chapéu II Eólica		(190)	(181)	(1.381)	(1.320)
EGP Mourão S.A.		(24)	(25)	(283)	(280)
EGP Paranapanema S.A.		(84)	(88)	(1.002)	(997)
EGP Salto Apiaçás S.A.		(266)	(258)	(1.878)	(1.790)
EGP Ventos Santa Angela 01		(199)	(182)	(1.456)	(1.373)
EGP Ventos Santa Angela 02		(187)	(170)	(1.369)	(1.292)
EGP Ventos Santa Angela 03		(202)	(184)	(1.478)	(1.393)
EGP Ventos Santa Angela 04		(194)	(176)	(1.418)	(1.335)
EGP Ventos Santa Angela 05		(205)	(186)	(1.505)	(1.415)
EGP Ventos Santa Angela 06		(206)	(189)	(1.512)	(1.425)
EGP Ventos Santa Angela 07		(148)	(136)	(1.084)	(1.023)
EGP Ventos Santa Angela 08	Até o final da concessão	(177)	(161)	(1.222)	(1.149)
EGP Ventos Santa Angela 09		(183)	(166)	(1.344)	(1.263)
EGP Ventos Santa Angela 10		(176)	(159)	(1.289)	(1.213)
EGP Ventos Santa Angela 11		(167)	(151)	(1.220)	(1.148)
EGP Ventos Santa Angela 14		(175)	(159)	(1.278)	(1.205)
EGP Ventos Santa Angela 15		(194)	(177)	(1.420)	(862)
EGP Ventos Santa Angela 17		(191)	(174)	(1.396)	(1.315)
EGP Ventos Santa Angela 19		(177)	(161)	(1.298)	(1.222)
EGP Ventos Santa Angela 20		(199)	(182)	(1.458)	(1.374)
EGP Ventos Santa Angela 21		(175)	(159)	(1.286)	(1.210)
EGP Ventos Santa Esperança 13		(126)	(121)	(914)	(874)
EGP Ventos Santa Esperança 15		(124)	(119)	(903)	(1.338)
EGP Ventos Santa Esperança 17		(117)	(111)	(855)	(814)
EGP Volta Grande S.A.		(716)	(753)	(6.518)	(6.516)
EGP Zeus II-Delfina VIII		(188)	(176)	(1.372)	(1.303)
Enel Trading Brasil S.A.	Até dezembro de 2026	(1.103)	-	(12.856)	-
<b>Total</b>		<b>(6.582)</b>	<b>(5.174)</b>	<b>(56.763)</b>	<b>(41.947)</b>

**Compra e venda de estoque**

	Até dezembro de 2024	Até agosto de 2027
Eletrópolis Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	(1.176)	(6.610)
Companhia Energética do Ceará - COELCE	2.404	2.404
<b>Total</b>	<b>1.228</b>	<b>(4.206)</b>

**Comissão (propaganda e publicidade - venda em fatura de energia)**

	Até dezembro de 2028
Enel X Brasil S.A.	-
<b>Total</b>	<b>1.019</b>

**Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura**

	Até agosto de 2027
Eletrópolis Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	2.928
Enel Green Power Volta Grande S.A.	781
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	(170)
Enel Cien S.A.	79
<b>Total</b>	<b>3.539</b>

**Prestação de serviços de desenvolvimento**

	Até maio de 2028
Enel X Brasil S.A.	(498)
Gridspertise Latam S.A.	1.075
<b>Total</b>	<b>577</b>

**Prestação de despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações**

	Até agosto de 2027
Eletrópolis Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	(571)
<b>Total</b>	<b>(571)</b>

**Reembolso de despesas de viagens**

	Até dezembro de 2024
Endesa S.A.	(237)
<b>Total</b>	<b>(237)</b>

**Reembolso expatriados**

	Até dezembro de 2025
Enel Italia SPA	(653)
Enel North America INC	303
Enel Romania S.A.	444
Enel SPA	(709)
ENEL Distribucion Chile S.A.	(76)
Enel Global Infrastructure and Networks S.r.l.	(932)
E-Distributiv Munténia S.A.	(1.457)
<b>Total</b>	<b>(1.585)</b>

**Licenças de sistemas/software e serviços**

	Até dezembro de 2024
Enel Iberia S.r.l.	(1.180)
<b>Total</b>	<b>(1.180)</b>

**Mútuo**

	Vide nota 14
EGP Cachoeira Dourada S.A.	(46.309)
Enel Cien S.A.	(236.591)
Enel Finance International NV	(313.481)
<b>Total</b>	<b>(596.381)</b>

24.2.1 Em dezembro de 2022, a concessão da interconexão Brasil-Argentina (Garabi I e Garabi II) foi licitada no leilão 002/2022 no lote 5 e a Cien S.A. optou por não participar da licitação. O vencedor da licitação e novo operador da concessão foi a Transmissora Aliança de Energia Elétrica - TAESA, que assumiu a concessão a partir de 31 de março de 2023, até essa data a Cien S.A. operou por designação. Até essa data, as transações da Companhia de encargos do uso do sistema com a Enel Cien, foram consideradas como transações entre partes relacionadas. **Suprimento de energia - CCEAR:** Os contratos de suprimento de energia - CCEAR são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. **Compartilhamento:** O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de recursos humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem. Os contratos vencidos estão em processo de renegociação. **Mútuos:** As informações sobre os contratos de mútuos, encontram-se detalhadas nos quadros da nota explicativa nº 14. **Remuneração da Administração:** A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontra-se disposta no quadro abaixo. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	2024	2023
Benefício de curto prazo (salários, encargos, benefícios, bônus)	2.395	2.581
Benefício pós-emprego (previdência - contribuição definitiva)	-	28
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	232	(1.588)
<b>Total</b>	<b>2.627</b>	<b>1.021</b>

25. **Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro:** Considerações gerais: A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado. **25.1 Instrumentos financeiros:** 25.1.1 **Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Categoria	Nível (a)	31.12.2024		31.12.2023	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa		421.090	421.090	65.262	65.262
Títulos e valores mobiliários		122	122	121.002	121.002
Contas a receber de clientes		2.762.684	2.762.684	2.572.683	2.572.683
Depósitos vinculados		315.309	315.309	219.088	219.088
Ativo contratual (infraestrutura em construção)		950.857	950.857	975.888	975.888
Ativo financeiro indenizável (concessão)		8.348.889	8.348.889	7.259.520	7.259.520
Instrumentos financeiros derivativos		76.903	76.903	-	-
<b>Total do ativo</b>		<b>12.875.854</b>	<b>12.875.854</b>	<b>11.213.443</b>	<b>11.213.443</b>
<b>Passivo</b>					
Fornecedores		1.345.459	1.345.459	1.085.156	1.085.156
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira		4.055.223	4.024.976	4.618.777	2.383.334
Obrigações por arrendamentos		681.091	674.319	1.333.454	1.260.106
Passivo financeiro setorial		127.816	127.816	73.219	73.219
Instrumentos financeiros derivativos		314.511	314.511	79.712	79.712
Instrumentos financeiros derivativos		13.100	13.100	251.682	251.682
<b>Total do passivo</b>		<b>6.554.505</b>	<b>6.517.486</b>	<b>7.485.300</b>	<b>5.176.509</b>

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 25.2 Hierarquia do valor justo. **Uso de estimativas:** As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo. As aplicações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados. As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com "expertise" necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos. A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) a valor presente pelo fator de desconto. Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para o cálculo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço. A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é nível 3. Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contábil. **Operações com instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo. Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2024 são os seguintes:

Contraparte	Data do contrato	Data de vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
SCOTIABANK S.A. III	01/02/21	03/02/25	Cash Flow	USD + 1,390%aa	CDI + 1,48% aa	200.000
SCOTIABANK S.A. IV	26					

...continuação

**AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A**

de materialização destes riscos, dentro do processo de avaliação de riscos, bem como realizar o devido tratamento por meio da definição de ações de mitigação e planos de ação em conjunto com as áreas de negócio e seus respectivos *Risk Owners* (Proprietários dos Riscos), com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio. Dentro da estrutura organizacional da Companhia, o processo de gestão de riscos é descentralizado, ou seja, cada gestor responsável pelo processo de negócio no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação deste risco. **(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros:** A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: **(b.1) Risco de crédito:** Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e/ou de não realização do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; (iii) ativo financeiro setorial; (iv) ativo contratual (infraestrutura em construção); e (v) ativo financeiro da concessão. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2024 é:

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e equivalentes de caixa	421.090	65.282
Títulos e valores mobiliários	122	121.002
Contas a receber de clientes	2.762.684	2.572.683
Depósitos vinculados	315.309	219.088
Ativo financeiro setorial	280.651	593.877
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	950.857	975.888
Ativo financeiro indenizável (concessão)	8.348.889	7.259.520
Instrumentos financeiros derivativos	46.498	(294.982)
<b>Total</b>	<b>13.126.100</b>	<b>11.512.338</b>

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6). No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber. Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa. **(b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados:** O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente convertíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com as variações do CDI. Dada a natureza e características das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado. Em 31 de dezembro de 2024, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possui a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

Equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	31.12.2024	31.12.2023
AAA	407.987	152.313
AA	1.808	3.472
AA+	414.200	158.873
<b>Total</b>	<b>31.12.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
AAA	16.813	-
AA-	29.685	(294.982)
<b>Total</b>	<b>46.498</b>	<b>(294.982)</b>

**(b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos:** A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam o pagamento das faturas. A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negatização de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via "SMS", e-mail e "URA" (Unidade de Resposta Auidível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de faturas e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva ("*Predictive Analytics*") possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança. **(b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão:** A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão). **(b.1.4) Operação com instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de swap vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia. **(b.2) Gerenciamento de capital:** A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira. De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Empréstimos e financiamentos	4.736.314	5.952.231
Instrumentos financeiros derivativos	(46.498)	294.982
<b>Dívida</b>	<b>4.689.816</b>	<b>6.247.213</b>
Caixa e equivalentes de caixa	(421.090)	(65.262)
Títulos e valores mobiliários	(122)	(121.002)
<b>Dívida líquida (a)</b>	<b>4.268.604</b>	<b>6.060.949</b>
Patrimônio líquido (b)	8.942.090	3.340.880
<b>Índice de endividamento líquido (a/[a+b])</b>	<b>33,58%</b>	<b>53,16%</b>

O índice de endividamento líquido em 31 de dezembro de 2024 é de 33,58% (53,16% em 31 de dezembro de 2023), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida. **(b.3) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas. A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições. A Companhia apresentou um caixa positivo gerado de suas atividades operacionais nos últimos exercícios. Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 80.000. Adicionalmente, a Companhia possui autorização da Anel para a realização de mútuos com partes relacionadas, conforme Despachos N°s 2.979/2018, 1.923/2020, 647/2021, 902/2021 e 3.754/2021, no valor vigente de R\$ 4.100.000. A Companhia está buscando junto ao Regulador ampliar o limite para operações de mútuos financeiros nos próximos anos. Do total de dívida no passivo circulante, parte significativa refere-se a créditos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 2.592.620, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados caso seja necessário. A Companhia conta também com o apoio financeiro da Holding do grupo (Enel Spa) que, por meio da *Enel Finance International (EFI)*, disponibiliza recursos para financiar investimentos e capital de giro. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de empréstimos com a EFI no passivo circulante é de R\$ 313.481. A capacidade de suporte é verificada por meio da posição positiva de caixa e liquidez em 31 de dezembro de 2024 dos Controladores, e reforçada pela nota de risco de crédito do Grupo classificada como AAA (bra) pela Fitch. A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros da Companhia, que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três a doze meses	De um a cinco anos	Total
Empréstimos e financiamentos - pré fixados	-	368.165	-	-	368.165
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	312.915	101.778	3.103.217	1.483.465	5.001.375
Instrumentos financeiros derivativos	(15.998)	(28.007)	-	-	(44.005)
<b>Total</b>	<b>296.917</b>	<b>441.936</b>	<b>3.103.217</b>	<b>1.483.465</b>	<b>5.325.535</b>

**(b.4) Riscos de mercado: (b.4.1) Risco de taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, os indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 99,94% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI). **Equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários**

	31.12.2024	%	31.12.2023	%
Selic	118	0,03%	114	0,07%
CDI	414.082	99,97%	158.759	99,93%
<b>Total</b>	<b>414.200</b>	<b>100,00%</b>	<b>158.873</b>	<b>100,00%</b>
<b>Ativo indenizável</b>	<b>31.12.2024</b>		<b>31.12.2023</b>	
IPCA	8.348.889	100,00%	7.259.520	100,00%
<b>Total</b>	<b>8.348.889</b>	<b>100,00%</b>	<b>7.259.520</b>	<b>100,00%</b>
<b>Empréstimos, financiamentos e derivativos</b>	<b>31.12.2024</b>		<b>31.12.2023</b>	
CDI	4.686.996	99,94%	6.208.854	99,99%
Taxa fixa	2.820	0,06%	38.359	0,61%
<b>Total</b>	<b>4.689.816</b>	<b>100,00%</b>	<b>6.247.213</b>	<b>100,00%</b>

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação) a Companhia adota como estratégia a diversificação de investimentos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam. **Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros:** Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises. A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos de ativos financeiros e dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2024 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Ativos financeiros	Projeção receitas financeiras - um ano				
	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Selic	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	7,71%	11,56%	15,41%	19,26%	23,12%
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	31,926	47,868	63,810	79,752	95,736
<b>IPCA</b>	<b>2,70%</b>	<b>4,04%</b>	<b>5,39%</b>	<b>6,74%</b>	<b>8,09%</b>
Ativo financeiro indenizável (concessão)	8.348.889	225.420	337.295	450.005	562.715
<b>Total</b>	<b>8.763.089</b>	<b>257.346</b>	<b>385.163</b>	<b>513.815</b>	<b>642.467</b>

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota explicativa nº 14. Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Dividas	Projeção despesas financeiras - um ano				
	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Mútuo Enel Brasil 55	(855.384)	(43.870)	(59.496)	(74.689)	(89.473)
Mútuo Enel Brasil 59	(91.892)	(7.305)	(10.312)	(13.232)	(16.071)
Mútuo Enel Brasil 60	(36.291)	(2.975)	(4.163)	(5.317)	(6.438)
Mútuo Enel Brasil 61	(16.934)	(1.388)	(1.943)	(2.481)	(3.004)
Mútuo Enel Brasil 62	(36.170)	(2.929)	(4.113)	(5.263)	(6.380)
Mútuo Enel Brasil 63	(84.459)	(2.122)	(2.971)	(3.797)	(4.602)
Mútuo Enel Brasil 64	(54.257)	(1.336)	(1.881)	(2.412)	(2.929)
Mútuo Enel Brasil 65	(418.248)	(32.832)	(46.519)	(59.809)	(72.726)
Mútuo Enel Brasil 66	(303.950)	(24.767)	(34.716)	(44.377)	(53.766)
Mútuo Enel Brasil 67	(35.809)	(2.847)	(4.019)	(5.157)	(6.263)
Mútuo Enel Brasil 68	(59.647)	(4.742)	(6.694)	(8.589)	(10.431)
Mútuo Enel Brasil 69	(27.422)	(2.248)	(3.146)	(4.017)	(4.865)
Mútuo I - CIEN	(83.501)	(4.605)	(6.365)	(8.077)	(9.742)
Mútuo II - CIEN	(106.388)	(6.576)	(9.125)	(11.601)	(14.010)
Mútuo III - CIEN	(46.702)	(3.174)	(4.428)	(5.647)	(6.831)
Mútuo II - CDSA	(46.309)	(2.986)	(4.229)	(5.437)	(6.612)
Mútuo Enel Brasil 70	(56.853)	(4.604)	(6.465)	(8.272)	(10.028)
Mútuo Enel Brasil 71	(57.025)	(4.533)	(6.399)	(8.212)	(9.973)
Mútuo Enel Brasil 72	(1.367.448)	(110.746)	(155.503)	(198.964)	(241.204)
Mútuo Enel Brasil 73	(56.932)	(4.554)	(6.417)	(8.227)	(9.985)
Mútuo Enel Brasil 74	(113.419)	(9.016)	(12.728)	(16.332)	(19.835)
Mútuo Enel Brasil 76	(100.178)	(1.207)	(1.697)	(2.174)	(2.639)

Dividas	31.12.2024	Projeção despesas financeiras - um ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Swap						
Scotiabank 4131 III	(229.842)	17.006	1.792	(9.317)	(18.120)	(25.435)
Scotiabank 4131 III - Swap pa	228.601	(16.914)	(1.783)	9.267	18.022	25.298
Scotiabank 4131 III - Swap pp	(210.220)	(2.658)	(3.686)	(4.688)	(5.684)	(6.616)
Scotiabank 4131 IV	(137.773)	10.194	1.074	(5.585)	(10.862)	(15.246)
Scotiabank 4131 IV - Swap pa	136.598	(10.107)	(1.065)	5.537	10.769	15.116
Scotiabank 4131 IV - Swap pp	(125.293)	(1.584)	(2.197)	(2.794)	(3.376)	(3.943)
EFI - Credit Agreement x 46MEUR	(313.481)	11.568	1.193	(6.384)	(12.388)	(17.377)
EFI - Credit Agreement x 46MEUR - Swap pa	313.077	(11.553)	(1.191)	6.376	12.372	17.354
EFI - Credit Agreement x 46MEUR - swap pp	(296.265)	(2.010)	(2.722)	(3.416)	(4.092)	(4.752)
<b>Total</b>	<b>(4.689.816)</b>	<b>(287.420)</b>	<b>(401.914)</b>	<b>(513.087)</b>	<b>(621.146)</b>	<b>(726.276)</b>

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa. **(b.4.2) Risco de câmbio:** Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para a Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas à moeda estrangeira possuem contratos de swap. A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2024 (em reais):

	31.12.2024
Passivos em moeda estrangeira	681.091
Empréstimos e financiamentos	681.091
<b>Exposição patrimonial</b>	<b>(678.275)</b>
Ponta ativa - instrumentos financeiros	2.816

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são swaps de moeda (câmbio) sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. A Companhia também está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

Exposição às taxas de câmbio	Moeda estrangeira	31.12.2024
Fornecedores (Itaipu)	14.980	92.761
<b>Passivo líquido exposto</b>	<b>14.980</b>	<b>92.761</b>

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos): • Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante; • Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas); • Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

**(b.4.3) Risco de preço Regulação: Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento:** Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderem aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa ANeel nº 1.003, de 1º de fevereiro de 2022), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora. No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse às tarifas. Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia. **(c) Outros riscos: (c.1) Risco de regulação:** As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. **(c.2) Risco de contratação de energia:** O portfólio de contratos de energia da Companhia consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's. De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia. As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções de carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais. Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL. Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento. Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) acordos de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit) de energia nova e existente, (iii) leilões bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acrescidos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária. Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1009, de 22 de março de 2022, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica. No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano. Um fator que impacta consideravelmente o nível de contratação é a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, e, até o momento, a empresa não possui em seu portfólio contratos vigentes que permitam essa redução. Além disso, a crescente instalação de centrais de geração distribuída na área de concessão da companhia também tem contribuído bastante para a elevação dos níveis de contratação. A sobrecontratação advinda da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores. De igual maneira, com base na Lei 14.300, de 06 de janeiro de 2022, a Companhia também entende que a sobrecontratação provocada pela instalação de centrais de geração distribuída também é involuntária, e repassada aos consumidores. Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 1009 de 2022 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficit - MCSD de energia existente e de energia nova. **26. Compromissos:** Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo estão descritos como segue:

	2026	2027	2028	2029	Após 2029
Compra de energia					

...continuação

**AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A**

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

Os diretores da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 33.050.071/0001-58, com Avenida Oscar Niemeyer nº 2000, Bloco 01, Sala 701, Santo Cristo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, das disposições constantes nos incisos V e VI do §1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

- Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2025.  
**Francesco Moliterni** - Diretor-Presidente  
**Andrea Vossio** - Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relação com Investidores  
**Alain Rosolino** - Diretor de Pessoas e Organização  
**Francesco Moliterni** - Diretor de Relações Institucionais  
**Francesco Moliterni** - Diretor de Comunicação  
**Anna Paula Hiotte Pacheco** - Diretora de Regulação  
**Ana Claudia Gonçalves Rebello** - Diretora Jurídica  
**Fernando Andrade** - Diretor de Engenharia e Construção  
**José Luis Salas Rincon** - Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes  
**Luiz Flavio Xavier de Sá** - Diretor de Mercado  
**Vago** - Diretor de Compras

**MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Os membros do Conselho de Administração da Ampla Energia e Serviços S.A. aqui representados pelo Presidente do Conselho de Administração abaixo-assinado, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024, compreendendo o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado, de Outros Resultados Abrangentes, complementadas pelas Notas Explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro do exercício, acompanhados do relatório da auditoria externa, sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes S.S., e respectivos esclarecimentos prestados por seu representante, ao Conselho de Administração, propõem a submissão dos referidos documentos ora aprovados à Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2025.

**Guilherme Gomes Lencastre**  
Presidente do Conselho de Administração

**Conselho de Administração**

Conselheiros	Cargo
Guilherme Gomes Lencastre	Presidente do Conselho de Administração
Mario Fernando de Melo Santos	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Antonio Scala	Conselheiro de Administração Titular
Eduardo dos Santos Machado	Conselheiro de Administração Titular
Marcia Massotti de Carvalho	Conselheiro de Administração Titular
Gino Celentano	Conselheiro de Administração Titular
Alain Rosolino	Conselheiro de Administração Suplente
Ana Claudia Gonçalves Rebello	Conselheiro de Administração Suplente
José Nunes de Almeida Neto	Conselheiro de Administração Suplente
Julia Freitas de Alcântara Nunes	Conselheiro de Administração Suplente
Marcus Vinicius dos Santos	Conselheiro de Administração Suplente
Michelle Rodrigues Nogueira	Conselheiro de Administração Suplente

**Diretoria Executiva**

Diretoria Executiva	Cargo
Francesco Moliterni	Diretor - Presidente e Diretor de Comunicação e Relações Institucionais (interino)
Alain Rosolino	Diretor de Pessoas e Organização
Ana Claudia Gonçalves Rebello	Diretor Jurídico
Anna Paula Hiotte Pacheco	Diretora de Regulação
Fernando Andrade	Diretor de Engenharia e Construção
Andrea Vossio	Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores
Jose Luis Salas Rincon	Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes
Luiz Flavio Xavier de Sá	Diretor de Mercado

**Relações com Investidores**

Fabio Romanin

**Contador Responsável**

Alan dos Reis Santos – CRC SP244288/O-2

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

**Ao Conselho de Administração e Acionistas da Ampla Energia e Serviços S.A.** Rio de Janeiro - RJ.  
**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Ampla Energia e Serviços S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

<b>Reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada:</b>	
Veja as Notas 6 e 20 das demonstrações financeiras	
<b>Principais assuntos de auditoria</b>	<b>Como a auditoria endereçou esse assunto</b>
A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle dos bens ou serviços ao cliente de acordo com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente. A receita para energia elétrica distribuída e não faturada é estimada com base na média do montante diário faturado, multiplicada pela quantidade de dias não faturados, considerando o comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia no período não faturado em relação ao período faturado. Devido à relevância dos valores envolvidos, natureza e extensão do esforço de auditoria necessário para tratar o tema, consideramos a receita para energia elétrica distribuída e não faturada como assunto significativo em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (1) Avaliamos o ambiente, o desenho e a efetividade dos controles internos relacionados ao processo de reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica não faturada; (2) Testamos, em base amostral, as informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita de energia elétrica distribuída e não faturada e recalculamos, também em base amostral, as estimativas de receita para energia elétrica distribuída e não faturada; e (3) Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras da Companhia consideram as informações relevantes relacionadas ao reconhecimento da receita energia elétrica distribuída e não faturada. Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis os montantes reconhecidos como receitas não faturadas e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado**  
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realiza-

do, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2025.



KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC SP-014428/O-6 F-RJ  
 Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo - Contador - CRC RJ-092563/O-1

www.enel.com.br



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>